



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANUEL BECKMAN
DIÁRIO DA ASSEMBLEIA



ANO XLII - Nº 094 - SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2015. EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS
180º ANIVERSÁRIO DE INSTALAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
70ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES.....03	INDICAÇÃO.....07
ORDEM DO DIA.....03	RESUMO DA ATA.....11
PAUTA.....03	RESENHA.....26
SESSÃO ORDINÁRIA.....04	PARECER.....27
PROJETO DE LEI.....05	AVISO DE LICITAÇÃO.....27
MOÇÃO.....06	EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....28
REQUERIMENTO.....07	VOTAÇÃO NOMINAL.....28
	VOTO DO RELATOR.....28

MESA DIRETORA

Deputado Humberto Coutinho (PDT)

Presidente

- | | |
|---|--|
| 1.º Vice-Presidente: Deputado Othelino Neto (PC do B) | 1.º Secretário: Deputado Edilázio Júnior (PV) |
| 2.º Vice-Presidente: Deputado Glalbert Cutrim (PRB) | 2.º Secretário: Deputado Carlinhos Florêncio (PHS) |
| 3.º Vice-Presidente: Deputada Valéria Macedo (PDT) | 3.º Secretário: Deputado César Pires (DEM) |
| 4.º Vice-Presidente: Deputada Graça Paz (PSL) | 4.º Secretário: Deputada Francisca Primo (PT) |

BLOCO PARLAMENTAR UNIDOS PELO MARANHÃO

- | | |
|---|--|
| 01. Deputado Cabo Campos (PP) | 12. Deputado Humberto Coutinho (PDT) |
| 02. Deputado Carlinhos Florêncio (PHS) | 13. Deputado Othelino Neto (PC do B) |
| 03. Deputado Dr. Levi Pontes (SD) | 14. Deputado Paulo Neto (PSDC) |
| 04. Deputado Edson Araújo (PSL) | 15. Deputado Professor Marco Aurélio (PC do B) |
| 05. Deputado Eduardo Braide (PMN) | 16. Deputado Rafael Leitoa (PDT) |
| 06. Deputado Edivaldo Holanda (PTC) | 17. Deputado Raimundo Cutrim (PC do B) |
| 07. Deputado Fábio Braga (PT do B) | 18. Deputado Sérgio Frota (PSDB) |
| 08. Deputado Fábio Macedo (PDT) | 19. Deputado Stênio Resende (PRTB) |
| 09. Deputada Francisca Primo (PT) | 20. Deputada Valéria Macedo (PDT) |
| 10. Deputado Fernando Furtado (PC do B) | 21. Deputado Welligton do Curso (PPS) |
| 11. Deputada Graça Paz (PSL) | 22. Deputado Zé Inácio (PT) |

LÍDER

Deputado Eduardo Braide

VICE-LÍDER

Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Macedo

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO

- | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|
| 01. Deputado Antônio Pereira (DEM) | 03. Deputado Léo Cunha (PSC) |
| 02. Deputado César Pires (DEM) | 04. Deputado Rogério Cafeteira (PSC) |

BLOCO UNIÃO PARLAMENTAR

- | | |
|--|----------------------------------|
| 01. Deputada Ana do Gás (PRB) | 04. Deputado Júnior Verde (PRB) |
| 02. Deputado Glalbert Cutrim (PRB) | 05. Deputado Ricardo Rios (PEN) |
| 03. Deputado Josimar de Maranhãozinho (PR) | 06. Deputado Vinicius Louro (PR) |

LÍDER

Deputado Josimar de Maranhãozinho

VICE-LÍDER

Deputado Vinicius Louro

PMDB

01. Deputada Andréa Murad (PMDB)
02. Deputado Max Barros (PMDB)
03. Deputada Nina Melo (PMDB)
04. Deputado Roberto Costa (PMDB)

LÍDER

Deputado Roberto Costa

PV

01. Deputado Adriano Sarney (PV)
02. Deputado Edilázio Júnior (PV)
03. Deputado Hemetério Webá (PV)
04. Deputado Rigo Teles (PV)

LÍDER

Deputado Hemetério Webá

LÍDER DO GOVERNO

Deputado Rogério Cafeteira (PSC)

PTN

01. Deputado Alexandre Almeida (PTN)
02. Deputado Sousa Neto (PTN)

LICENCIADOS

Deputado Bira do Pindaré (PSB)
Deputado Neto Evangelista (PSDB)



COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

(de acordo com o art. 30 da Resolução Legislativa n.º 599/2010)

I - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Titulares

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Eduardo Braide
Deputado Paulo Neto
Deputado Fábio Macedo
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Ricardo Rios

Suplentes

Deputado Stênio Rezende
Deputado Fábio Braga
Deputado Rafael Leitao
Deputado Fernando Furtado
Deputado Antônio Pereira
Deputado Léo Cunha
Deputada Ana do Gás

PRESIDENTE

Prof. Marco Aurélio

VICE-PRESIDENTE

Eduardo Braide

REUNIÕES:

Terças-Feiras | 08:30h

SECRETÁRIA

Giacimar Melo / Vera Teixeira

II - Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle

PRESIDENTE

Rigo Teles

VICE-PRESIDENTE

Sérgio Frota

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Regina de Paula

Titulares

Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Braga
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Rigo Teles
Deputado Antônio Pereira
Deputado Vinicius Louro

Suplentes

Deputado Rafael Leitao
Deputado Edson Araújo
Deputado Stênio Rezende
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira
Deputado Ricardo Rios

III - Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia

Titulares

Deputado Wellington do Curso
Deputado Sérgio Frota
Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Roberto Costa
Deputado Ricardo Rios
Deputado Sousa Neto
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Fernando Furtado
Deputado Paulo Neto
Deputado Fábio Braga
Deputada Nina Melo
Deputado Josimar de Maranhãozinho
Deputado Adriano Sarney
Deputado Alexandre Almeida

PRESIDENTE

Roberto Costa

VICE-PRESIDENTE

Wellington do Curso

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

IV - Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho

PRESIDENTE

Léo Cunha

VICE-PRESIDENTE

Fernando Furtado

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Lucimar Ribeiro

Titulares

Deputado Fábio Macedo
Deputado Fernando Furtado
Deputado Edivaldo Holanda
Deputada Andrea Murad
Deputado Josimar de Maranhãozinho
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Paulo Neto
Deputado Wellington do Curso
Deputado Edson Araújo
Deputado Max Barros
Deputado Júnior Verde
Deputado Rigo Teles
Deputado Leo Cunha

V - Comissão de Saúde

Titulares

Deputado Stênio Rezende
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputada Andréa Murad
Deputado Fábio Braga
Deputado Antônio Pereira
Deputado Léo Cunha
Deputado Josimar Maranhãozinho

Suplentes

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Cabo Campos
Deputada Nina Melo
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rogério Cafeteira
Deputada Ana do Gás

PRESIDENTE

Stênio Rezende

VICE-PRESIDENTE

Antônio Pereira

REUNIÕES:

08:30h | Terças-Feiras

SECRETÁRIA

Antônia Andrade

VI - Comissão de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional

PRESIDENTE

Fábio Braga

VICE-PRESIDENTE

Ricardo Rios

REUNIÕES:

SECRETÁRIA

Elizabeth Rocha

Titulares

Deputado Paulo Neto
Deputado Sérgio Frota
Deputado Stênio Rezende
Deputado Fábio Braga
Deputado Hemetério Weba
Deputado Rigo Teles
Deputado Ricardo Rios

Suplentes

Deputado Sérgio Frota
Deputado Fábio Macedo
Deputado Eduardo Braide
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Adriano Sarney
Deputado Léo Cunha
Deputado Júnior Verde

VII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Titulares

Deputado Wellington do Curso
Deputado Zé Inácio
Deputado Eduardo Braide
Deputada Nina Melo
Deputado Júnior Verde
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Rogério Cafeteira

Suplentes

Deputado Sérgio Frota
Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Paulo Neto
Deputado Roberto Costa
Deputado Ricardo Rios
Deputado Antônio Pereira
Deputada Sousa Neto

PRESIDENTE

Zé Inácio

VICE-PRESIDENTE

Wellington do Curso

REUNIÕES:

08:30h | Quintas-Feiras

SECRETÁRIA

Silvana Almeida

VIII - Comissão de Obras e Serviços Públicos

PRESIDENTE

Vinicius Louro

VICE-PRESIDENTE

Rafael Leitao

REUNIÕES:

08:30h | Quintas-Feiras

SECRETÁRIA

Dulcimar Cutrim

Titulares

Deputado Rafael Leitao
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Cabo Campos
Deputado Roberto Costa
Deputado Vinicius Louro
Deputado Hemetério Weba
Deputado Léo Cunha

Suplentes

Deputado Eduardo Braide
Deputado Fábio Braga
Deputada Andrea Murad
Deputado Júnior Verde
Deputado Antônio Pereira
Deputado Rigo Teles

IX - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Titulares

Deputado Edson Araújo
Deputado Fernando Furtado
Deputado Wellington do Curso
Deputado Rafael Leitao
Deputado Léo Cunha
Deputado Adriano Sarney
Deputada Ana do Gás

Suplentes

Deputado Sérgio Frota
Deputado Zé Inácio
Deputado Fábio Macedo
Deputado Cabo Campos
Deputado Sousa Neto
Deputado Rigo Teles
Deputado Ricardo Rios

PRESIDENTE

Ana do Gás

VICE-PRESIDENTE

Léo Cunha

REUNIÕES:

08:30h | Terças-Feiras

SECRETÁRIA

Eunes Borges

Valdenise Fernandes

X - Comissão de Ética

PRESIDENTE

Fábio Macedo

VICE-PRESIDENTE

Hemetério Weba

REUNIÕES:

08:30h

SECRETÁRIA

Célia Pimentel

Titulares

Deputado Prof. Marco Aurélio
Deputado Fábio Macedo
Deputado Paulo Neto
Deputado Max Barros
Deputada Ana do Gás
Deputado Hemetério Weba
Deputado Léo Cunha

Suplentes

Deputado Edson Araújo
Deputado Sérgio Frota
Deputado Cabo Campos
Deputado Roberto Costa
Deputado Vinicius Louro
Deputado Antônio Pereira
Deputado Alexandre Almeida

XI - Comissão de Assuntos Econômicos

Titulares

Deputado Edson Araújo
Deputado Zé Inácio
Deputado Cabo Campos
Deputado Rafael Leitao
Deputado Adriano Sarney
Deputado Antônio Pereira
Deputado Júnior Verde

Suplentes

Deputado Eduardo Braide
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Wellington do Curso
Deputado Léo Cunha
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Vinicius Louro

PRESIDENTE

Adriano Sarney

VICE-PRESIDENTE

Edson Araújo

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Lúcia Furtado

XII - Comissão de Segurança Pública

PRESIDENTE

Cabo Campos

VICE-PRESIDENTE

Júnior Verde

REUNIÕES:

08:30h | Quartas-Feiras

SECRETÁRIA

Iranise Lemos

Titulares

Deputado Cabo Campos
Deputado Raimundo Cutrim
Deputado Dr. Levi Pontes
Deputado Roberto Costa
Deputado Júnior Verde
Deputado Sousa Neto
Deputado Rigo Teles

Suplentes

Deputado Wellington do Curso
Deputado Edivaldo Holanda
Deputado Fernando Furtado
Deputado Max Barros
Deputado Josimar Maranhãozinho
Deputado Alexandre Almeida
Deputado Hemetério Weba



SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/06/2015 – 5ª FEIRA

GRANDE EXPEDIENTE:

TEMPO DOS PARTIDOS E BLOCOS PARLAMENTARES

1. PMDB.....06 MINUTOS
2. BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO.....06 MINUTOS
3. PARTIDO VERDE06 MINUTOS
4. BLOCO PARL. UNIDOS PELO MARANHÃO.....31 MINUTOS
5. BLOCO UNIÃO PARLAMENTAR.....09 MINUTOS

PARTIDO RESERVA (ART. 87 DO R.I.)

6. PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL.....05 MINUTOS

ORDEM DO DIA

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18/06/2015 – QUINTA-FEIRA

**I- PARECER EM REDAÇÃO FINAL
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO - ÚNICO TURNO**

1. PARECER Nº 156/2015, ORIUNDO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA, QUE ACRESCENTA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL O ART. 144-A, INSTITUINDO REGULAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL SOBRE ALTERAÇÃO DO NOME DO MUNICÍPIO, APROVADO COM EMENDA. - RELATOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE.

**II- PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
EM 2º TURNO – REGIME DE PRIORIDADE**

2. PROJETO DE LEI Nº 088/2015, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO (MENSAGEM Nº 063/15), QUE ALTERA A LEI Nº 8.948, DE 15 DE ABRIL DE 2009, QUE ESTABELECE PERCENTUAIS A SEREM APLICADOS NA COBRANÇA DA DIFERENÇA ENTRE A ALÍQUOTA INTERNA E A INTERESTADUAL NAS AQUISIÇÕES EM OUTROS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – RELATOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO E COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO – RELATOR DEPUTADO RIGO TELES.

**III – PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
2º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

3. PROJETO DE LEI Nº 062/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO SÉRGIO FROTA, QUE PROÍBE A UTILIZAÇÃO DE APONTADORES “LASER” E OUTROS OBJETOS SIMILARES, ALÉM DE BUZINAS MARÍTIMAS, MANUAIS E A GÁS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. – RELATOR DEPUTADO FÁBIO MACÊDO E COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA. – RELATOR DEPUTADO CABO CAMPOS.

**IV – PROJETO DE LEI EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
1º TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

4. PROJETO DE LEI Nº 113/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDUARDO BRAIDE, QUE INSTITUI O DIA DO DELEGADO DE POLÍCIA. - COM PARECER FAVORÁVEL DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. – RELATOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO.

**V – PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO
PRIMEIRO TURNO – TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA**

5. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 014/15, DE AUTORIA DO DEPUTADO CABO CAMPOS, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO EX-DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DA CONVENÇÃO DA ASSEMBLÉIA DE DEUS MINISTÉRIO DE MADUREIRA NO BRASIL-CONAMAD, BISPO MANOEL FERREIRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. – RELATOR DEPUTADO RICARDO RIOS.

6. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 015/15, DE AUTORIA DO DEPUTADO CABO CAMPOS, QUE CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO MARANHENSE AO PROMOTOR DE JUSTIÇA DA 5ª VARA DE EXECUÇÕES PENAIAS, DR. DOMINGOS EDUARDO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA. – RELATOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO.

V – REQUERIMENTO A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

7. REQUERIMENTO Nº 301/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO E CABO CAMPOS, REQUERENDO DEPOIS DE OUVIDO O PLENÁRIO, SEJA ENCAMINHADA MENSAGEM DE CONGRATULAÇÃO AO COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, CEL. MARCO ANTÔNIO ALVES DA SILVA, PELA COMEMORAÇÃO DE 179 ANOS DE ANIVERSÁRIO DE FUNDAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO.

VI – REQUERIMENTO A DELIBERAÇÃO DA MESA

8. REQUERIMENTO Nº 302/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO OTHELINO NETO, QUE REQUER DEPOIS DE OUVIDA A MESA, SEJA CONSIGNADO NOS ANAIS DA CASA O REGISTRO DO FALECIMENTO DO SENHOR RAIMUNDO SOARES, OCORRIDO NO DIA 16/06/15, NA CIDADE DE PINHEIRO. REQUER AINDA, QUE SEJA ENCAMINHADA MENSAGEM DE SENTIDOS PÊSAMES À SUA ESPOSA SENHORA MARIA DA CONCEIÇÃO, EXTENSIVA AOS DEMAIS FAMILIARES.

**PAUTA DE PROPOSTA PARA RECEBIMENTO DE EMENDA
DATA: 18/06/2015 – QUINTA-FEIRA**

ORDINÁRIA 1ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 124/15, de autoria do Senhor Deputado Fábio Braga, que dispõe sobre as Atualizações Cartográficas das Divisas Intermunicipais do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI Nº 125/15, de autoria da Senhora deputada Nina Melo, que dispõe sobre a gratuidade, na rede pública de saúde e de educação do Estado do Maranhão, da realização de exames, avaliação, identificação e rastreamento para diagnóstico precoce do autismo e dá outras providências.

3. MOÇÃO Nº 007/15, de autoria do Senhor Deputado Wellington do Curso, de apêlo, manifestando todo apoio e solidariedade à luta dos quilombolas, indígenas e camponeses acampados na sede do INCRA, em São Luis-MA.

4. MOÇÃO Nº 008/15, de autoria do Senhor deputado Sérgio Frota, seja encaminhada moção de pesar aos familiares do Sr. Herbert



Fontenele Filho, “O comentarista do povão”, pelo seu irrevogável falecimento.

ORDINÁRIA 2ª SESSÃO:

1. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 018/15, de autoria do Senhor Deputado Roberto Costa, que concede o Título de Cidadão Maranhense a Dom Armando Martin Gutiérrez, bispo da Diocese de Bacabal.

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 019/15, de autoria do Senhor Deputado Roberto Costa, que institui a Frente Parlamentar de prevenção e combate ao uso de drogas no Estado do Maranhão e dá outras providências.

3. PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 020/15, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que dá nova redação aos incisos VII e XI, do art. 30 da Resolução Legislativa nº 449, de 24 de junho de 2004 (Regimento Interno).

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 121/2015, de autoria do Senhor Deputado Cabo Campos, que acrescenta o parágrafo 6º e 7º no Art. 78 da Lei Nº 78 da Lei 6.513, de 30 de novembro de 1995, que dispõe sobre o estatuto dos policiais militares da polícia e corpo de bombeiros militares do Estado do Maranhão.

2. PROJETO DE LEI Nº 122/2015, de autoria do Senhor Deputado César Pires, que considera de utilidade pública a ACMVB – Associação Comunitária dos Moradores da Vila Biné, com sede e foro no município de codó, no Estado do Maranhão.

DIRETORIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 17/06/15.

Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia dezessete de junho do ano de dois mil e quinze.

Presidente, Senhor Deputado Humberto Coutinho.
Primeiro Secretário em exercício, Senhor Deputado Rigo Teles.
Segundo Secretário, Senhor Deputado Carlinhos Florêncio.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Adriano Sarney, Alexandre Almeida, Ana do Gás, Andrea Murad, Antônio Pereira, Cabo Campos, Carlinhos Florêncio, César Pires, Doutor Levi Pontes, Edilázio Júnior, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Braga, Fábio Macêdo, Fernando Furtado, Francisca Primo, Glalbert Cutrim, Humberto Coutinho, Josimar de Maranhãozinho, Júnior Verde, Max Barros, Othelino Neto, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Raimundo Cutrim, Ricardo Rios, Rigo Teles, Roberto Costa, Rogério Cafeteira, Sousa Neto, Stênio Rezende, Valéria Macêdo, Vinícius Louro, Wellington do Curso e Zé Inácio. Ausentes os Senhores Deputados: Graça Paz, Hemetério Weba, Léo Cunha, Nina Melo e Sérgio Frota.

I – ABERTURA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Com a palavra, o Senhor Segundo Secretário para fazer a leitura do texto bíblico e a Ata da Sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO DEPUTADO CARLINHOS FLORÊNCIO – (Lê Texto Bíblico e Ata) Ata lida, senhor Presidente.

A SENHORA PRESIDENTA EM EXERCÍCIO DEPUTADA FRANCISCA PRIMO – Ata lida e considerada aprovada.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Com a palavra, o Senhor Primeiro Secretário para fazer a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - (lê Expediente).

II – EXPEDIENTE.

PROJETO DE LEI Nº 124 / 15

Dispõe sobre as Atualizações Cartográficas das Divisas Intermunicipais do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

Art. 1º A atualização das divisas intermunicipais do Estado do Maranhão dar-se-á a partir da data da publicação desta lei com revisões quinquenais.

§ 1º Os memoriais descritivos, atualizados por força desta lei, e os mapas municipais, elaborados de acordo com os mesmos, servirão de base para a elaboração de projeto de lei com a nova configuração por município que, após aprovação da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, comporá a divisão político - administrativa do Estado do Maranhão.

§ 2º Dar-se-á a atualização parcial sempre que houver alteração de divisas municipais durante o interstício fixado no caput, devendo ser reeditados os memoriais descritivos e mapas cartográficos dos municípios envolvidos, contemplando-se neles as alterações ocorridas.

§ 3º A atualização das divisas, entre os municípios, terá como referência os limites administrativos ora praticados.

§ 4º Não havendo concordância entre os municípios acerca das divisas intermunicipais, definidas no Plano de Ação, previsto no art. 3º, a atualização das divisas será feita em conformidade com o disposto na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Maranhão.

Art. 2º As divisas a serem atualizadas, segundo os critérios definidos entre a Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e o órgão estadual competente, compreendem a totalidade dos municípios do Estado do Maranhão.

Art. 3º A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, por meio da Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional, juntamente com a Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento-SEPLAN, por intermédio do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, elaborarão o Plano de Ação com os procedimentos e operacionalização necessários para efetivar o processo de atualização.

Art. 4º O prazo para a elaboração do Plano de Ação é de 180 dias, a contar da data da promulgação desta lei.

Art. 5º Os municípios poderão solicitar ao Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, responsável pela atualização das divisas municipais, a colocação de marcos divisórios, com coordenadas geográficas ou Sistema Universal Transverso de Mercator-UTM, em suas linhas territoriais, com custos materiais para a municipalidade.

Parágrafo único. Na fixação dos marcos divisórios serão observadas as divisas estabelecidas nos textos descritivos atualizados.

Art. 6º Este projeto de lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de junho de 2015. - Fábio Braga - Deputado Estadual-PT do B

JUSTIFICATIVA

Nas duas últimas décadas do século passado, o Estado do Maranhão incorporou 81 novos municípios, chegando-se a um total de



217. Em vista disso, e como consequência dessa mudança, veio a necessidade de atualizar as divisas municipais, pois quase todos os municípios maranhenses apresentam problemas relacionados aos seus marcos divisórios, dificultando o planejamento e as ações governamentais de todos os órgãos da administração pública que tem como base a divisão territorial do Estado.

Outro fator importante para a atualização dos limites municipais é o fator demográfico, cuja definição correta influenciará na distribuição de incentivos, federais e até de particulares, aos municípios, criando, assim, novos planos de investimentos de acordo com a necessidade de cada região e de sua população.

Recentemente, nota-se conflitos localizados em vários municípios, por consequência de repasses financeiros federais e estaduais desatualizados, tendo como principal causa a falta de informação correta desses limites. Por isso, a urgência na redefinição desses marcos territorial.

Pelos fatos expostos e pela relevância do assunto, submeto este projeto de lei para apreciação e aprovação desta Casa.

Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em São Luís, 16 de junho de 2015. - Fábio Braga - Deputado Estadual-PT do B

PROJETO DE LEI Nº 125 /2015

Dispõe sobre a gratuidade, na rede pública de saúde e de educação do Estado do Maranhão, da realização de exames, avaliação, identificação e rastreamento para diagnóstico precoce do autismo e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO DECRETA

Art. 1º - O Governo do Estado do Maranhão, por meio das Secretarias Estaduais de Saúde e de Educação, será responsável pela implantação dos protocolos de prognóstico e diagnóstico precoce de **autismo**, de forma gratuita a famílias de baixa renda, através do trabalho de profissionais já existentes em ambas as Secretarias, de forma multidisciplinar, por médicos, enfermeiros, agentes de saúde, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, entre outros.

§1º - Para efeito desta Lei, considera-se família de baixa renda aquela cuja renda combinada não ultrapasse o valor de 2 (dois) salários mínimos.

§2º - O protocolo para diagnóstico precoce de **autismo** deverá observar se o paciente e/ou aluno está pontuando para: deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento, padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamentos ritualizados e interesses restritos e fixos.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei entende-se por diagnóstico precoce a identificação, nos alunos e/ou pacientes, dos sintomas característicos do **autismo** e outros transtornos globais do desenvolvimento, e, ainda que não se trate de conclusão médica definitiva, deverão ser identificadas intervenções precoces.

Art. 3º - Os profissionais das áreas de saúde e educação deverão ser capacitados para identificar e rastrear sinais de risco de **autismo**, conforme os mais atuais instrumentos disponíveis e aceitos pela OMS - Organização Mundial de Saúde.

Art. 4º - O diagnóstico precoce em crianças menores de 03 (três) anos consideradas dentro de um grupo de risco para desenvolver transtorno global do desenvolvimento deve obedecer o seguinte protocolo:

I - Considera-se grupo de risco com maiores probabilidades de desenvolver sintomas de TEA, as crianças de até 03 (três) anos com os seguintes históricos:

a) Crianças com parentes de primeiro grau com diagnóstico de TEA.

b) Pais acima de 35 (trinta e cinco) anos de idade (pai e/ou mãe).

c) Filhos de mães que enfrentaram infecções de repetição com uso de antibióticos por período maior do que 10 (dez) dias.

d) Filhos de mães que enfrentaram complicações obstétricas com repercussão clínica ao feto.

e) Bebês advindos de parto prematuro.

f) Bebês com complicações de parto e pós-parto com repercussão clínica maior do que 48 (quarenta e oito) horas.

g) Filhos de mães que apresentaram alterações metabólicas e imunológicas na gestação.

h) Crianças com alterações clínicas metabólicas e imunológicas nos primeiros seis meses de idade.

II - São considerados Sinais Precoces do Grupo de Risco para TEA:

a) Notável prejuízo ou atipias no:

1- Direcionamento do olhar ou na atenção dividida/ Compartilhada.

2- Sorriso social ou recíproco.

3- Interesses sociais e satisfação compartilhada (sem contar com os contatos físicos como o cutucar).

4- Orientação ao ouvir o nome ser chamado.

5- Desenvolvimentos de gestos (ex. apontar)

6- Coordenação de diferentes modos de comunicação (ex. direcionamento do olhar, expressão facial, gestos e vocalização).

b) Brincadeiras claramente:

1- Com redução das imitações de ações com objetos.

2- Com manipulação e/ou exploração visual excessiva de brinquedos e outros objetos.

3- Com ações repetitivas com brinquedos e outros objetos.

c) Linguagem e cognição notadamente prejudicada/ atrasada ou com atipias:

1- Desenvolvimento cognitivo.

2- Balbuciar, particularmente um vem e volta do balbuciar social.

3- Compreensão e produção da linguagem (ex. primeiras palavras estranhas e repetitivas).

4- Prosódia ou tom de voz não usual.

d) Regressão/perda das primeiras palavras e/ou emoções sociais.

e) Visão e outros sentidos e motricidade notadamente atípicas:

1- Acompanhar com os olhos, fixar o olhar (ex. para luzes, inspeção não usual de objetos).

2- Hiporreativo e/ou hiperreativo a sons ou outras formas de estimulação sensorial.

3- Diminuição ou aumento dos níveis de atividade psicomotora.

4- Diminuição das habilidades motoras finas e grossas.

5- Comportamento motor repetitivo e postura atípica/ maneirismos motores.

f) Atipias nas funções regulatórias relacionadas ao sono, alimentação e atenção.

Parágrafo único - As mães e bebês que apresentarem o histórico do inciso I e os sinais precoces do inciso II devem ser selecionadas no início da gestação, no pré-natal, e/ou até os seis primeiros meses de vida, nas consultas de puericultura. Crianças pertencentes a esse grupo devem ser monitoradas periodicamente em suas consultas com pediatras para os Sinais Precoces para TEA. Outros profissionais de saúde e da educação podem reconhecer esses sinais. Os pediatras e/ou profissionais devem encaminhar as crianças para os centros especializados para acompanhamento, diagnóstico e cuidados em caso de necessidade. Crianças acima de 3 (três) anos com qualquer sintomatologia reconhecida pelos profissionais devem também ser encaminhadas para os centros especializados.



Art. 5º - Uma vez diagnosticadas, as pessoas com **autismo** deverão ser cadastradas em banco de dados da Secretaria de Saúde para efeitos de censo das pessoas com **autismo** no Estado do Maranhão, a fim de poder ofertar os devidos tratamentos que possibilitem uma vida funcional.

Parágrafo único - As estatísticas do cadastro deverão estar disponíveis, preservando-se os direitos invioláveis de sigilo com o fim de proteger as pessoas com **autismo** e as famílias, para que se possam mensurar a evolução e geo-referenciamento do transtorno na sociedade, bem como a resposta do Poder Público ao tratamento apropriado.

Art. 6º - As avaliações e os exames descritos nesta Lei deverão ocorrer de forma continuada e periódica, de modo a garantir maior eficácia no diagnóstico dos eventuais pacientes e/ou alunos.

Art. 7º - Tão logo sejam detectados sintomas que possam caracterizar os Transtornos do Espectro Autista a Secretaria Estadual de Saúde deverá disponibilizar para o paciente, na rede pública de saúde do estado, o acesso imediato e irrestrito a tratamento multidisciplinar, com médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, pedagogos, entre outros e, todo e qualquer recurso solicitado pelo médico responsável e/ou equipe terapêutica, necessárias para o melhor prognóstico da pessoa diagnosticada com TEA, em sua análise individual, de modo a garantir que a pessoa com **autismo** possa se desenvolver de maneira plena, com saúde e qualidade de vida.

Art. 8º - Além do tratamento para as pessoas diagnosticadas com **autismo**, a Secretaria Estadual de Saúde deverá oferecer apoio psicológico e social (quando necessário), às famílias desses pacientes, de modo a minimizar o sofrimento a que elas possam eventualmente estar sujeitas.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual regulamentará a presente Lei em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei Federal 12.764/2012 e Lei Estadual 6.169/2012.

Art. 10º - O Poder Executivo regulamentará essa Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 11º - Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão” em São Luís, 10 de junho de 2015. - NINA MELO - Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Vários testes podem identificar o **autismo** em bebês, crianças, adolescentes e adultos. Cientistas da Universidade de Emory, no Estados Unidos, estão animados com a descoberta porque, quanto mais cedo o transtorno é identificado, melhores as chances de sucesso do tratamento. E o sinal está exatamente numa das principais dificuldades do autista: a de olhar nos olhos.

Normalmente, o **autismo** é identificado em torno dos 5 (cinco) anos. Porém, já estão disponíveis testes que conseguiram perceber marcadores presentes em bebês de 2 (dois) a 6 (seis) meses de vida, que mais tarde foram diagnosticados com o transtorno. Quando a criança passa por uma intervenção antes dos 3 (três) anos, há chances de melhora de 80% (oitenta por cento) nos sintomas.

Existe uma janela de oportunidade devido à plasticidade do cérebro da criança. Com a intervenção precoce, podemos diminuir radicalmente sintomas como a deficiência intelectual, a dificuldade de linguagem e os desafios comportamentais graves que podem tornar o **autismo** uma condição potencialmente devastadora - defende um dos autores, o brasileiro Ami Klin, diretor do Marcus Autism Center, nos EUA.

O estudo publicado na “*Nature*” investigou dois grupos de recém-nascidos: um com alto e outro com baixo risco de desenvolver o espectro autista, grupo integrado pelo que antes era conhecido como síndromes de Asperger, de Rett, desintegrativa da infância e o **autismo**

clássico. Como há fatores genéticos relacionados, os recém-nascidos com alto risco tinham algum irmão já diagnosticado com o transtorno, o que aumenta as chances em até 20 (vinte) vezes. Do nascimento aos 3 (três) anos.

Os participantes foram acompanhados desde o nascimento até os 3 (três) anos por meio da tecnologia de *eye tracking* (técnica de acompanhamento do movimento ocular), numa versão adaptada para recém-nascidos. A ideia era coletar dados sobre como eles respondiam a estímulos sociais. Aos 3 (três) anos, as crianças passaram por avaliação médica.

Aqueles diagnosticados com **autismo** já mostravam um declínio de atenção para o olhar de outras pessoas desde os dois meses.

O que nos surpreendeu foi que, embora as mudanças já estivessem em curso, observamos mais capacidade de olharmos olhos do que esperávamos ver em recém-nascidos depois de diagnosticados com **autismo** - diz Warren Jones, professor da Universidade de Emory.

Estes resultados não são visíveis a olho nu e requerem tecnologia especializada e medições repetidas ao longo dos meses. Não adianta pais tentarem fazer o teste sem o auxílio do aparato, ressaltam os cientistas: E eles não deveriam se preocupar se o recém-nascido não olha nos olhos o tempo todo.

Antes de engatinhar ou andar, os bebês já exploram o mundo intensamente com o olhar: de rostos, corpos e objetos, assim como os olhos de outras pessoas. Um processo que prepara o terreno para o crescimento do cérebro.

Acho o estudo interessantíssimo, e ele seria ótimo do ponto de vista terapêutico, pois sabemos que quanto antes começarmos as terapias, melhor o resultado. Só temos a ganhar com um diagnóstico precoce.

Fonte: <http://oqlobo.qlobo.com/sociedade/saude/novo-teste-consegue-diagnostico-precoce-do-autismo>

Por todo o exposto e diante da relevância e alcance social e que solicito aos meus pares a aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário Deputado “Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão” em São Luís, 10 de junho de 2015. - NINA MELO - Deputada Estadual

MOÇÃO Nº 007 / 15

Senhor Presidente,

Nos termos que dispõe o art. 148 do Regimento Interno deste poder, requiro a aprovação de **Moção de Apelo**, manifestando todo apoio e solidariedade à luta dos quilombolas, indígenas e camponeses acampados na sede do INCRA, em São Luís- MA, desde o dia 8 de junho de 2015. Nesse período, 56 cidadãos entraram em greve de fome. No momento, somente 8 trabalhadores permaneceram privados de alimentos.

Esse ato de extrema coragem que coloca em risco suas próprias vidas ocorre em resposta ao descaso do Estado brasileiro com a situação dos povos tradicionais que lutam pela titulação dos seus territórios.

Somamos-nos a esse movimento, exigindo cumprimento do artigo 68 das disposições transitórias da Constituição de 1988, que reconhece às comunidades quilombolas a propriedade definitiva dos seus territórios, assim como a retirada de todas as medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam os territórios quilombolas, indígenas e camponeses.

Certo da compreensão dos demais Deputados que compõem esta Assembleia, solicito a aprovação desta Moção, com protestos de estima e consideração, almejando ao cumprimento do que a Constituição Federal assegura e, sobretudo, almejando à defesa da vida.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 17 de junho de 2015. - WELLINGTON DO CURSO - DEPUTADO ESTADUAL - ZÉ INÁCIO - DEPUTADO ESTADUAL



MOÇÃO Nº 008/2015

Senhor Presidente,

Requeiro a Mesa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado Moção de Pesar aos familiares do Sr. **Herbert Fontenele Filho "O COMENTARISTA DO POVÃO"** pelo seu irreparável falecimento.

Piauiense do município de Piracuruca, a história de Herbert Fontenele se confunde com a história do futebol maranhense. Foram 55 anos dedicados ao jornalismo esportivo no Maranhão, com três coberturas ao vivo de Copas do Mundo. Foi secretário de Esporte em São Luís no governo Jackson Lago e adjunto de Esporte do Governo do Maranhão, também na administração e Jackson Lago.

Fontenele foi diretor e atualmente era o comentarista titular da Rádio Mirante AM, onde apresentava o programa esportivo Fontenele Comenta e da TV Mirante, onde comentava e apresentava o bloco de esporte, no Bom Dia Mirante. Também trabalhava no SporTV comentando os jogos do Sampaio no Campeonato Brasileiro Série B.

A sua última transmissão esportiva pela Rádio Mirante AM foi no sábado passado, quando vibrou com a magnífica vitória do Sampaio por 3 a 1, em Fortaleza, contra o Ceará, no dia 6 de junho. Pelo SporTV, Fontenele comentou outra vitória do Sampaio, também por 3 a 1, no sábado (13), contra o Criciúma, no Estádio castelão.

Fontenele era um torcedor ilustre que se vai, mas deixa seu nome marcado, não só na história do rádio maranhense, como também na história do Sampaio Cordeiro, tanto que a primeira sala de imprensa do time no Maranhão leva o seu nome. Toda a família boliviana está de luto.

Quartel "Cervásio Santos" do Palácio "Marcel Bequimão". - São Luís, 25 de Março de 2015 - DEPUTADO SÉRGIO FROTA - 1988-2

Sergio Frota
Deputado Estadual

Desenvolvimento Social Através do Esporte

REQUERIMENTO Nº 301 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental requeiro a Vossa Excelência que depois de ouvido o Plenário, seja encaminhada mensagem de congratulação ao Excelentíssimo Comandante da Polícia Militar do Maranhão, **Marco Antônio Alves da Silva**, parabenizando-as pelos **179 anos da Polícia Militar do Maranhão**.

Plenário Deputado Nagib Haickel, em 17 de junho de 2015. - Wellington do Curso - Deputado Estadual. Roberto Campos Filho - Deputado Estadual.

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.15
EM: 117.06.15

REQUERIMENTO Nº 302 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que seja consignado nos Anais desta Casa o falecimento do Sr. Raimundo Soares, ocorrido no dia 16 de junho do corrente ano, na cidade de Pinheiro-Ma.

O saudoso Raimundo Soares exerceu com muita competência a atividade de comerciante sendo um dos pioneiros na cidade de Pinheiro. Um cidadão que dedicou sua vida inteira ao trabalho, sempre com muita dedicação e cordialidade, deixando além de uma grande saude, um exemplo de vida e dignidade.

Requeiro, ainda, que seja encaminhada mensagem de sentidos pêsames à Sra. Maria da Conceição, a viúva do pranteado Raimundo Soares, extensiva aos seus filhos Mauro, Josane, Helena, Ana e Lêda Soares.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 17 de junho de 2015. - OTHELINO NETO - Deputado Estadual

NOS TERMOS DO ART. 107 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU A INCLUSÃO DO REQUERIMENTO NA ORDEM DO DIA. 18.06.15
EM: 17.06.15

INDICAÇÃO Nº 488 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Dr. Flávio Dino, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura, Dr. Clayton Noletto, solicitando providências no sentido da pavimentação asfáltica de ruas e avenidas na sede do Município de Presidente Dutra, num percurso de 06 quilômetros, garantindo desta melhores condições para o tráfego de veículos com maior segurança.

Justificamos nossa solicitação em virtude da necessidade de recuperação e asfaltamento de parte dos logradouros da referida cidade.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 16 de junho de 2015. - RIGO TELES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 489 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Dr. Flávio Dino, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura, Dr. Clayton Noletto, solicitando providências no sentido da pavimentação asfáltica de ruas e avenidas na sede do Município de Grajaú, num percurso de 06 quilômetros, garantindo desta melhores condições para o tráfego de veículos com maior segurança.

Justificamos nossa solicitação em virtude da necessidade de recuperação e asfaltamento de parte dos logradouros da referida cidade.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 16 de junho de 2015. - RIGO TELES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 490 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requeiro a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador Dr. Flávio Dino, bem como ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura, Dr. Clayton Noletto, solicitando providências no sentido da pavimentação asfáltica de ruas e avenidas na sede do Município de Arame, num percurso de 06 quilômetros, garantindo desta melhores condições para o tráfego de veículos com maior segurança.

Justificamos nossa solicitação em virtude da necessidade de recuperação e asfaltamento de parte dos logradouros da referida cidade.

SALADAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 16 de junho de 2015. - RIGO TELES - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.



INDICAÇÃO Nº 491 / 15

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Flávio Dino**, e à Excelentíssima Senhora Secretária da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, **Flávia Alexandrina Coelho Almeida Moreira**, a presente indicação solicitando a estes que adotem as medidas legais e administrativas necessárias, no sentido de viabilizar a **Implantação de um sistema simplificado de abastecimento de água (poço artesiano) na Comunidade do Morro Alegre no Município de Estreito**, neste Estado.

Trata-se de uma comunidade rural com cerca de 35 famílias, aproximadamente, localizada a 36 Km da sede do município referido, não possuindo nenhum sistema de abastecimento de água potável para consumo e higiene pelos moradores. Em vista disso, aquela comunidade é obrigada a utilizar água de rios, açudes e cacimbas, sem o tratamento adequado necessário, colocando a saúde daquelas pessoas em constante risco. Desta forma, a implantação de um poço artesiano é de considerável importância para aquela localidade, o que virá a contribuir para uma relevante melhora das condições de vida e saúde dos seus habitantes bem como viabilizar a produção de horticulturas e agricultura familiar, base da economia daqueles moradores.

São Luís (MA), 12 de junho de 2015.-VALÉRIA MACEDO
- Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO,
O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO
DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 492 / 15

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Flávio Dino**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, **Cleyton Noleto**, a adoção de providências no sentido de que sejam executados **Serviços de Construção de uma Ponte de Concreto sobre o Rio Farinha na divisa dos Municípios de Estreito e Carolina**, neste Estado.

A realização dessa obra será de grande importância para viabilizar com segurança o fluxo de pessoas e bens entre aqueles municípios. A construção da ponte sobre o Rio Farinha viabilizará principalmente o incremento do turismo na região, visto que é por ela que se dará o acesso a Cachoeira de São Romão, uma das principais e mais bonitas cachoeiras do Sul do Maranhão. Atualmente, a circulação sobre o Rio Farinha se dá através de uma precária ponte de madeira, colocando em risco permanente a vida e a segurança daquela população, tanto a que reside quanto a que circula naquela localidade, com iminentes riscos de acidentes graves. A precariedade da ponte de madeira (com a falta de tábuas na ponte, inclusive) também impossibilita a circulação do escoamento da produção agropecuária em geral causando, ainda, sérios prejuízos ao comércio da região.

Desta forma, a construção da ponte em referência estará dando condições para um incremento significativo ao turismo na região e proporcionando melhores condições de vida e segurança aos transeuntes e moradores daquela localidade, o que contribuirá para um relevante desenvolvimento àquela região.

São Luís (MA), 15 de junho de 2015. - VALÉRIA MACEDO
- Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO,
O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO
DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 493 / 15

Senhor Presidente,

Na conformidade regimental, requeiro a Vossa Excelência que, depois de ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Flávio Dino**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Infraestrutura, **Cleyton Noleto**, a presente Indicação solicitando a estes que adotem as medidas legais e administrativas necessárias, no sentido de viabilizar recursos financeiros destinados à **Implantação de uma barreira eletrônica na MA – 204, que liga o Município de Raposa ao Município de São José de Ribamar, no Cruzamento próximo ao Antigo Bar Joelho de Porco**, localizado no Município de Paço do Lumiar, neste Estado.

Justifica-se o pedido por se tratar de uma via preferida pela maioria da população daquela localidade para deslocamento no sentido a Cidade de São Luís, levando-se em conta, também, o excesso de veículos, o alto índice de trafegabilidade na referida rodovia, o excesso de velocidade no trecho que corta aquele setor e o alto número de acidentes e atropelamentos, resultando em dezenas de vítimas fatais ou com graves sequelas. Assim, visando medidas urgentes para melhoria e trafegabilidade naquela rodovia, se faz necessária a implantação de uma barreira eletrônica, objetivando-se, desta forma, a diminuição do número e gravidade dos acidentes (que tem como fatores contribuintes as altas velocidades e as constantes imprudências dos condutores), bem como a garantia de uma maior segurança para pedestres, motoristas e passageiros e, ainda, à população em geral, em vista da necessidade diária daqueles moradores de circular em aquele trecho daquela rodovia estadual.

São Luís (MA), 16 de junho de 2015. - VALÉRIA MACEDO
- Deputada Estadual PDT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO,
O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO
DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 494 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152 do Regimento Interno), requeiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Governador do Estado do Maranhão, e ao Presidente do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Sr. Mauro Jorge, no sentido de adotar as medidas legais pertinentes visando a **criar na estrutura do Órgão de regularização fundiária do Estado do Maranhão, a Diretoria de Regularização e de Apoio a Comunidades Quilombolas do Estado**.

No dia 09 do corrente mês aconteceu, nesta Casa Legislativa, uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias para tratar sobre os conflitos agrários no Estado do Maranhão, em atendimento a uma solicitação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor, e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos na realidade do campo maranhense.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entre eles, representante do Programa Terra Legal no Maranhão, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Defensoria Pública do Estado (DPE), Câmara Municipal de São Luís, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Polícia Militar, e Comissão Pastoral da Terra (CPT).



No evento se constatou que a situação de conflito e violência no Campo em nosso estado deve ser enfrentada pelo Poder Público de forma mais eficiente, pois a tensão social se agrava a cada dia, envolvendo casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e Comunidades Quilombolas do Estado. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 famílias, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, colocando nosso estado na dianteira nacional em conflitos agrários.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Estima-se que no Maranhão, segundo o IBGE, os negros são maioria, cerca de 74% da população, e grande parte não têm a titulação de propriedade definitiva das áreas que, historicamente ocupam, ficando desamparadas e vítimas de injustiças, posto que desprovidas deste bem tão essencial: a terra para a manutenção de seu modo de vida particular, que deve ser amparado pelo Estado.

Devido a isso, a estruturação da Diretoria de Regularização e de Apoio a Comunidades Quilombolas do Estado na estrutura administrativa do ITERMA dará as condições para que as comunidades quilombolas do Estado possam contar com este importante órgão do Governo do Estado para identificação de sua terra, e assim possam ter mais uma ferramenta de apoio para buscar a titulação de propriedade definitiva junto ao Órgão competente, nos termos do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

Desse modo é que apresento a presente Indicação na certeza de sua aprovação e na expectativa de que a Diretoria de Regularização e de Apoio a Comunidades Quilombolas do Estado na estrutura administrativa do ITERMA atue de forma eficaz em ser mais um apoio para a regularização fundiária das Comunidades Quilombolas do Estado do Maranhão, garantindo justiça social e a paz para a população negra do Maranhão, seja rural ou urbana, em ter suas terras identificadas e devidamente reconhecidas, merecendo amplo apoio dos pares desta Casa Legislativa.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, São Luís – MA, em 16 de Junho de 2015. - É de luta, é da terra! - Deputado ZÉ INÁCIO - Deputado Estadual – PT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 495 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152 do Regimento Interno), requieiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Dr^a. Mariana Albano de Almeida, Defensora Pública Geral do Estado do Maranhão, no sentido de **criar o Núcleo Agrário na estrutura administrativa da Defensoria Pública do Estado, a funcionar na cidade de São Luís, cabendo prestar assistência jurídica integral e gratuita aos envolvidos nos conflitos coletivos decorrentes da disputa pela posse e/ou propriedade da terra, caracterizando um conflito agrário no campo do Estado do Maranhão**, buscando a conciliação como o primeiro instrumento para resolução destes conflitos, enquanto instituição essencial à Justiça e voltada à realização dos direitos da população hipossuficiente,

No dia 09 do corrente mês aconteceu, nesta Casa Legislativa, uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias para tratar sobre os conflitos agrários no Estado do Maranhão, em atendimento a uma solicitação da Comissão

da Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor, e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos na realidade do campo maranhense.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entre eles, representante do Programa Terra Legal no Maranhão, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Defensoria Pública do Estado (DPE), Câmara Municipal de São Luís, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Polícia Militar, e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No evento se constatou que a situação de conflito e violência no Campo em nosso estado deve ser enfrentada pelo Poder Público de forma mais eficiente, pois a tensão social se agrava a cada dia, envolvendo casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 famílias, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, colocando nosso estado na dianteira nacional em conflitos agrários.

Devido a isso, a estruturação do Núcleo Agrário na estrutura da Defensoria Pública do Estado dará as condições de enfrentamento desta dura realidade, com a perspectiva de que os processos judiciais e ou administrativos envolvendo a grupos conflitantes na disputa pela posse e/ou propriedade da terra no campo maranhense possam ser enfrentados de forma eficaz e as populações envolvidas possam se sentir assistidas juridicamente, buscando solucionar as controvérsias de forma pacífica, tentando conciliar as partes envolvidas nos conflitos, evitando que assassinatos ou despejos ilegais, bem como outras arbitrariedades ocorram sem uma pronta solução por parte do Estado, buscando o entendimento harmônico entre os trabalhadores e os proprietários para que haja a solução do conflito e paz no campo.

Desse modo é que apresento o presente expediente indicatório na certeza de sua aprovação e na expectativa de que a instituição do Núcleo Agrário na Estrutura da Defensoria Pública Estadual atue de forma eficaz no combate aos conflitos agrários envolvendo a população camponesa do Estado, merecendo amplo apoio dos pares desta Casa Legislativa.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, São Luís – MA, em 15 de Junho de 2015. - É de luta, é da terra! - Deputado ZÉ INÁCIO - Deputado Estadual – PT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 496 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152 do Regimento Interno), requieiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Flávio Dino de Castro e Costa, Governador do Estado do Maranhão, e ao Secretário de Estado de Segurança Pública, Dr. Jefferson Portela, no sentido de enviar **Projeto de Lei para esta Casa Legislativa dispor de uma instituição de 2 (duas) “Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários”, a serem instituídas uma na Capital do Estado, na cidade de São Luís, e outra na Região Tocantina do Estado, precisamente na Cidade de Imperatriz.**

No dia 09 do corrente mês aconteceu, nesta Casa Legislativa, uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos



Humanos e das Minorias para tratar sobre os conflitos agrários no Estado do Maranhão, em atendimento a uma solicitação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor, e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos na realidade do campo maranhense.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entre eles, representante do Programa Terra Legal no Maranhão, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Defensoria Pública do Estado (DPE), Câmara Municipal de São Luís, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Polícia Militar, e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No evento se constatou que a situação de conflito e violência no Campo em nosso estado deve ser enfrentada pelo Poder Público de forma mais eficiente, pois a tensão social se agrava a cada dia, envolvendo casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 famílias, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, colocando nosso estado na dianteira nacional em conflitos agrários.

Devido a isso, a estruturação das 2 (duas) Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários, uma na Região Tocantina, localizada na Cidade de Imperatriz, em que são registrados vários casos de conflitos decorrentes da disputa pela posse e propriedade da terra na região, e outra na Capital do Estado, darão as condições de enfrentamento desta dura realidade, com a perspectiva de que os crimes envolvendo esta situação possam ser enfrentados, investigados, e as populações envolvidas possam se sentir amparadas pelo Estado, buscando solucionar as controvérsias de forma pacífica, tentando conciliar as partes envolvidas nos conflitos, evitando que assassinatos ou despejos ilegais, bem como outras arbitrariedades ocorram sem uma pronta solução por parte do Estado, buscando o entendimento harmônico entre os trabalhadores e os proprietários para que haja a solução do conflito e paz no campo, bem como os procedimentos de investigação que lhe são próprios enquanto Polícia Judiciária.

Desse modo é que apresento o presente expediente indicatório na certeza de sua aprovação e na expectativa de que a instituição das Delegacias Especializadas em Conflitos Agrários, em São Luís e Imperatriz, atuem de forma eficaz no combate aos crimes e violências envolvendo a população camponesa do Estado, merecendo amplo apoio dos pares desta Casa Legislativa.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, São Luís – MA, em 16 de Junho de 2015. - É de luta, é da terra! - Deputado ZÉ INÁCIO - Deputado Estadual – PT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 497 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental (Art. 152 do Regimento Interno), requero a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado expediente a Excelentíssima Senhora Desembargadora Cleonice Freire, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no sentido de enviar **Projeto de Lei Complementar para esta Casa Legislativa alterando o Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado (Lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991), com a finalidade de proceder a criação de 1 (uma) Vara Agrária na Capital**

do Estado, na cidade de São Luís, cabendo processar e julgar os conflitos coletivos pela posse ou pela propriedade de terra no campo do Estado do Maranhão com caracterização de conflito agrário.

O objetivo é assegurar a efetividade da prestação jurisdicional no caso de litígios envolvendo conflitos coletivos decorrentes da disputa pela posse e/ou propriedade da terra, caracterizando um conflito agrário.

No dia 09 do corrente mês aconteceu, nesta Casa Legislativa, uma Audiência Pública promovida pela Comissão dos Direitos Humanos e das Minorias para tratar sobre os conflitos agrários no Estado do Maranhão, em atendimento a uma solicitação da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Coroatá em razão de intensos conflitos agrários que neste ano de 2015 causou a morte de uma liderança indígena Kaapor, e também por várias outras tentativas de homicídios, ameaças de morte e ordem de despejos na realidade do campo maranhense.

O evento contou com a participação de representantes da sociedade civil e do poder público, entre eles, representante do Programa Terra Legal no Maranhão, Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Defensoria Pública do Estado (DPE), Câmara Municipal de São Luís, Secretaria de Estado de Segurança Pública, Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular, Tribunal de Justiça, Comissão de Direitos Humanos da OAB-MA, Polícia Militar, e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

No evento se constatou que a situação de conflito e violência no Campo em nosso estado deve ser enfrentada pelo Poder Público de forma mais eficiente, pois a tensão social se agrava a cada dia, envolvendo casos de ameaças a grupos vulneráveis da sociedade, como é o caso das quebradeiras de coco, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. Os conflitos agrários no Maranhão aumentam consideravelmente. Em 2011, cerca de 40 famílias foram despejadas, já em 2014 esse número subiu para 500 famílias, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Maranhão, colocando nosso estado na dianteira nacional em conflitos agrários.

Devido a isso, a estruturação de 1 (uma) Vara Agrária, na Capital do Estado, na Estrutura do Tribunal de Justiça do Maranhão, dará as condições de enfrentamento desta dura realidade, com a perspectiva de que os processos judiciais envolvendo grupos conflitantes na disputa pela posse e/ou propriedade da terra no campo maranhense possam ser enfrentados de forma eficaz e as populações envolvidas possam se sentir amparadas pelo Estado, buscando solucionar as controvérsias de forma pacífica, tentando conciliar as partes envolvidas nos conflitos, evitando que assassinatos ou despejos ilegais, bem como outras arbitrariedades ocorram sem uma pronta solução por parte do Estado, buscando o entendimento harmônico entre os trabalhadores e os proprietários para que haja a solução do conflito e paz no campo.

Desse modo é que apresento este expediente indicatório na certeza de sua aprovação e na expectativa de que a instituição da Vara Agrária na Estrutura do Tribunal de Justiça, em São Luís atue de forma eficaz no combate aos conflitos agrários envolvendo a população camponesa do Estado, merecendo amplo apoio dos pares desta Casa Legislativa.

PLENÁRIO DEPUTADO “NAGIB HAICKEL”, DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN”, São Luís – MA, em 16 de Junho de 2015. - É de luta, é da terra! - Deputado ZÉ INÁCIO - Deputado Estadual – PT

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 498 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requero a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, sejam encaminhados ofícios ao Exmo. Senhor Governador do Estado do Maranhão, Dr. Flávio Dino e ao Exmo. Senhor Ubirajara do



Pindaré, Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- SECTEC, do Maranhão, solicitando a implantação de uma unidade do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – IEMA, no município de Pinheiro-Ma.

Ressaltamos, por oportuno, que o município de Pinheiro se constitui como polo da região da Baixada Maranhense, com grande extensão territorial e uma população estimada em 82.000 habitantes. A implantação de uma unidade do IEMA visa qualificar a mão-de-obra do município de Pinheiro e região, para atender as crescentes demandas do mercado de trabalho local e obter um melhor aproveitamento de suas potencialidades econômicas.

Além disso, com a inclusão de milhares de jovens e adultos no mercado de trabalho, haverá um grande incremento no níveis de renda e acentuada redução das desigualdades sociais que afetam a cidade de Pinheiro e toda a Baixada Maranhense.

SALAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 15 de junho de 2015.- Othelino Neto - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 499 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiro a V. Exa. que depois de ouvida a Mesa, seja encaminhado o ofício ao Exmoº Senhor José Arimatéia Neto Evangelista, Secretário de Estado do Desenvolvimento Social – SEDES, solicitando a construção de um Restaurante Popular no Município de Santa Helena – MA.

Ressaltamos que grande parte da população é formada por famílias carentes e que estão vulneráveis a desnutrição, por falta de condições para ter uma alimentação saudável e nutritiva.

Assembleia Legislativa do Maranhão, Plenário Deputado “Nagib Haickel”, em São Luís, 16 de junho de 2015. - HEMETERIO WEBER - Deputado Estadual

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 500 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiro a V. Exa. que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado ofício ao **EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO, FLÁVIO DINO DE CASTRO E COSTA**, com encaminhamento para o Secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, **Sr. Francisco Gonçalves da Conceição**, para que viabilize em caráter de urgência a **implantação do Viva Cidadão no Município de Codó**.

A cidade de Codó possui uma população de mais de 120.000 habitantes e está distante cerca de 290 km da capital maranhense. Com a construção do Viva Cidadão na cidade, será facilitado sensivelmente o acesso da população local a serviços básicos, que fortalecerão o exercício da cidadania como: emissão de carteira de identidade, emissão de carteira de trabalho, atestado de antecedentes criminais, inscrição e consulta ao benefício do seguro desemprego e inscrição no CPF.

Vale ressaltar que, cidades perto da região com números iguais e até inferiores de habitantes, já possuem uma unidade de atendimento em funcionamento, entre elas encontra-se o município de Bacabal (102.000 hab), Coroatá (62.000 hab) e Caxias (155.000 hab).

Logo, a presente indicação torna-se necessária por saber das dificuldades enfrentadas por grande parte da população da Região, tendo em vista a necessidade de obter documentos de forma urgente e

da difícil locomoção de famílias carentes para as unidades mais próximas.

O posto é de grande valia não só para o município ao qual pertence, mas de fundamental importância para o desenvolvimento da região e no que diz respeito ao fortalecimento do exercício da cidadania facilitando o acesso da população a um atendimento com qualidade e rapidez na prestação dos serviços públicos.

Por fim, destaca-se a seriedade e a boa vontade com que o atual Governo trata em melhorar o Maranhão.

Plenário “Deputado Nagib Haickel” do Palácio “Manoel Bequimão”, em São Luís, 16 de junho de 2015. - Dep. Estadual GLALBERT CUTRIM - 2º Vice Presidente

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº. 501 / 15

Senhor Presidente,

Na forma regimental, requiro a Vossa Excelência que, após ouvida a Mesa Diretora, seja encaminhado expediente ao **Excelentíssimo Senhor Governador Flávio Dino**, *solicitando que determine ao Senhor Procurador Geral do Estado, proceder a formalização do acordo, já proposto nos autos nos autos do Proc. 18720-13.2010.8.10.0001, em trâmite na 3ª Vara da Fazenda Pública desta Capital, que trata da reintegração de posse da área pertencente ao Estado, onde hoje estão instalados os bairros: “Residencial Tiradentes, Maria Aragão e Estrela Dalva (conhecido como Alexandra Tavares)”, objetivando o fim desse processo judicial de reintegração de posse e, conseqüentemente, o início de um processo administrativo com a finalidade de regularização do projeto de assentamento e entrega dos títulos de propriedade dos respectivos lotes às famílias detentoras da posse.*

Essas comunidades tiveram início há cerca de 10 (dez) anos, quando algumas famílias humildes, sem ter onde morar, ocuparam aquelas terras pertencentes ao Estado, no intuito de construir suas moradias.

No decorrer desses últimos anos, como é do conhecimento de todos nós, a comunidade cresceu mais do que o esperado, instalando-se centenas de famílias. Houve, com isto, a necessidade da intervenção do poder público, construindo-se escolas, postos de saúde, ruas asfaltadas, implantação de redes elétricas e hidráulicas, bem como disponibilidade de linhas de ônibus. O comércio também se desenvolveu e as instituições religiosas construíram Igrejas de várias denominações.

De fato aquele outrora lugarejo, tornou-se os hoje conhecidos e populosos bairros: “Residencial Tiradentes. Maria Aragão e Estrela Dalva ou Alexandra Tavares”, razão pela qual não existe, a nosso ver, outra ação do Governo do Estado do Maranhão senão a de desistir do processo de reintegração de posse e, portanto, dar início ao processo de assentamento e entrega dos títulos de propriedade aos moradores detentores da posse.

São essas as razões desta proposição, pela qual contamos com o apoio de meus pares e do Governador Flávio Dino.

SALAS DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 16 de junho de 2015. - Edivaldo Holanda - Deputado Estadual PTC

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

INDICAÇÃO Nº 502 / 15

Senhor Presidente,

Sugerimos a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 152 á 154 do Regimento Interno que, após ouvida a Mesa, seja encaminhado



ofício ao *Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão, Sr. Flávio Dino, ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Segurança Jefferson Miler Portela e Silva e ao Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Marco Antônio Alves da Silva, indicação para aplicação de medidas em caráter de urgência, visando a diminuição da violência, de acordo com Reunião conjunta entre a Frente Parlamentar de Segurança Pública e Privada e o Comando de Segurança Comunitária da Polícia Militar do Maranhão, ocorrida no dia 29 de maio de 2015, na Assembleia Legislativa, sobre as Ações Integradas para o fortalecimento da segurança comunitária no Maranhão.*

Considerando a problemática da Segurança que diversas comunidades maranhenses enfrentam diariamente, tornou-se necessária a realização de reunião entre os Deputados desta Casa, em parceria com o Comandante de Segurança Comunitária, Coronel Odair dos Santos e demais representantes do setor da Segurança Pública do Estado, com a participação também de líderes comunitários, a fim de debater e propor melhorias para a segurança nos bairros, como meio de incremento ao combate à violência e ao tráfico de drogas.

Para tanto, destacamos os principais pontos abordados na referida reunião:

1 – Formalização da lei que regulamenta o conselho estadual de segurança comunitária, formado por conselheiros voluntários.

2 – Aumento do efetivo que atua nas ações de segurança comunitária (PM, Civis e Bombeiros).

2.1. – Aumento de efetivos deve ser proporcional aos afastamentos por aposentadorias, afastamentos e mortes, para que não haja um déficit de agentes.

3 – Realização de reuniões técnicas periódicas de avaliação entre os conselheiros e a cúpula de segurança pública com a apresentação de estatísticas e manchas criminais das áreas cobertas. Apontar necessidade da participação de segmentos como Ministério Público e Polícia Judiciária.

4 – Ampliação ações de vídeo-monitoramento para dentro dos bairros, nos locais onde forem detectados os maiores índices de criminalidade.

5 – Promover a integração dos órgãos de trânsito e de segurança pública que atuam nas esferas municipal e estadual para a realização de blitzen permanentes em pontos estratégicos;

5.1 – Planejamento de ações conjuntas entre os órgãos de segurança nas esferas municipal e estadual, através da assinatura de um termo de cooperação técnica

5.2 – Operacionalização dos gabinetes de gestão integrada estadual e municipal, formados pela Polícias Federal, Civil, Militar, Rodoviária Federal, Bombeiros e Guardas Municipais

5.3 – Operações conjuntas de fiscalização com as forças de segurança e a Polícia Rodoviária Federal nas entradas e saídas de São Luís, no combate a criminalidade e violência.

6 – Programa Estadual de Combate às Drogas oriundo do Governo do Estado com a operacionalização através das forças de segurança, atuando na prevenção e repressão às drogas

6.1 – Encaminhamentos dos menores apreendidos a projetos sociais como o Bombeiros Mirins, no resgate à cidadania.

7 – Melhoria dos salários dos policiais, ponto considerado unânime entre os conselheiros.

8 – Reativação das Companhias de Policiamento da Vila Embratel e Anjo da Guarda, bem como a criação de um o posto policial do bairro Pirâmide, no município de Raposa.

Deste modo, torna-se imprescindível a apresentação das supracitadas demandas, mediante indicação para os setores ligados à segurança pública no Estado do Maranhão, como forma de envolvimento e clamor da sociedade civil na busca de uma melhor qualidade de vida, diante da atual sensação de insegurança vivida pela população.

Pelo exposto, é necessário a intersetorialidade, atacando as causas das mazelas sociais com ações integradas de todas as Secretarias de Estado como Saúde, Juventude, Assistência Social, Esporte, Cultura, que deverão apresentar um projeto de enfrentamento conjunto para a

redução dos índices de criminalidade no Maranhão, justificando assim, a necessidade da presente indicação.

PLENÁRIO “NAGIB HAICKEL” DO PALÁCIO “MANUEL BECKMAN.” SÃO LUÍS, 16 DE JUNHO DE 2015 – JÚNIOR VERDE – DEPUTADO ESTADUAL – PRB.

NA FORMA DO ART. 146 DO REGIMENTO INTERNO, O SR. PRESIDENTE DETERMINOU O ENCAMINHAMENTO DA PRESENTE INDICAÇÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO DEPUTADO RIGO TELES - Expediente lido, senhora Presidente.

A SENHORA PRESIDENTA EM EXERCÍCIO DEPUTADA FRANCISCA PRIMO – Expediente lido. À publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE.

A SENHORA PRESIDENTA EM EXERCÍCIO DEPUTADA FRANCISCA PRIMO – Com a palavra, o deputado Roberto Costa, por cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, galeria, imprensa. Senhor Presidente, eu venho destacar hoje nesta tribuna, de uma forma muito feliz, a recondução do senador João Alberto, para presidir, mais uma vez, o Conselho de Ética do Senado Federal. É um momento extremamente marcante na vida do senador João Alberto, até porque na história do Senado Federal nunca teve um senador que tenha permanecido à frente, deputado Stênio, do Conselho de Ética da forma que o senador João Alberto tem feito, pela quinta vez. Nós sabemos e somos cientes o que tem passado, na verdade, a política brasileira, com os escândalos nacionais e, em nenhum momento, o senador João Alberto é senador, pela segunda vez, em nenhum momento o nome do senador João Alberto é colocado em qualquer situação vexatória. E a recondução dele comprova mais uma vez a sua honestidade, a sua transparência, a sua dignidade, uma coisa que o senador João Alberto sempre prezou. E a sua recondução nos deixa feliz exatamente por isso, por ser um marco extremamente importante na sua vida política e na sua vida pessoal, e eu não poderia de forma nenhuma deixar de destacar este momento. O senador João Alberto, que já foi deputado estadual na sua primeira eleição em 1969, foi deputado federal por quatro mandatos de deputado federal, foi prefeito da cidade de Bacabal, foi vice-governador por duas vezes e assumiu o governo por duas vezes. E, como eu disse, senador já no seu segundo mandato, e em nenhum momento da sua vida qualquer situação vexatória tenha ocorrido contra o senador João Alberto e a sua condução, recondução ao cargo de presidente do conselho de ética do Senado, mais uma vez, vem coroar a sua trajetória política. Eu sempre tenho dito que nos embates políticos o que nos dá segurança na verdade de sempre enaltecer o nome do senador é a sua história política e é a sua história de honestidade, é a sua história de companheirismo com seus amigos em todos os momentos. E a vitória de ontem no senador João Alberto na verdade vem coroar mais uma vez, como eu disse, a sua trajetória política no momento em que o país todo passa por crise, inclusive o próprio Senado Federal, com nomes de senadores envolvidos nessa situação de Lava Jato, um momento de dificuldade, o Presidente da Casa, inclusive. Mas o senador João Alberto, sempre de uma maneira muito correta, conduziu a sua vida pessoal e a sua vida política de forma extremamente correta. Por isso ele teve mais uma vez o apoio do Senado Federal, o apoio do senadores e, acima de tudo, eu acho que tem um respeito do povo do Maranhão e do povo brasileiro. E assume mais um vez o Conselho de Ética num momento de extrema fragilidade da classe política, do Senado Federal, do Congresso Nacional, por isso nós ficamos muito felizes. E essa é a resposta que nós sempre damos, porque o senador sempre dar àqueles que jogam pedra no senador. Na verdade, é um certificado a sua condução, a sua honestidade. Coisa muito difícil de se ver hoje em algumas situações políticas do nosso



estado, do nosso país. Então, eu fico muito feliz, Presidente, de vim aqui nessa tribuna enaltecer o nome do senador João Alberto e parabenizá-lo por essa condição, porque é um orgulho para a cidade de Bacabal, é um orgulho para o Maranhão. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputada Francisca Primo, por cinco minutos, sem apertes.

A SENHORA DEPUTADA FRANCISCA PRIMO (sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, funcionários desta Casa. Senhor Presidente, venho a esta tribuna falar de dois assuntos: o primeiro assunto é o encontro do movimento “Nós Podemos Maranhão”, que é o movimento nacional pela cidadania e solidariedade em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD e a Secretaria Geral da Presidência da República e a Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude, estará com uma grande agenda, hoje e amanhã, aqui na nossa capital, inclusive uma dessas agendas será realizada aqui nesta Casa. Este movimento tem lutado para melhorar os índices e a qualidade de vida do nosso povo do Brasil e mais 190 países tem metas a serem cumpridas e mesmo o Brasil tendo se destacado nestas metas como educação básica para todos, e acabar com a fome e a miséria, melhorar a saúde materna entre outros. Mas os desafios ainda são grandes a serem superados, como a mortalidade infantil, que é preocupante nas cidades e nas áreas rurais e mais desafiador tudo isto por não estarmos garantindo a qualidade de uma alimentação para nossas famílias. Hoje, dia 17, das 14h às 18h, no auditório de Arquitetura da UEMA, que contará com a palestra do senhor Jorge Chediek, coordenador e presidente das Nações Unidas no Brasil e coordenador-residente do PNUD, no Brasil, e o senhor Wágno Caetano, secretário nacional das Relações Políticas Sociais da Secretaria Geral da Presidência da República e gerente de programa da Secretaria Nacional da Juventude. Amanhã, o evento, dia 18, será aqui na Assembleia, acontecerá o diálogo sustentável, pela sustentabilidade dos objetivos do desenvolvimento do milênio, objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, que contará com a presença dos mesmos, doutor Jorge e Vagner Caetano. Eu gostaria de convidar todos os deputados e deputadas desta Casa, imprensa, para participar deste encontro, que é de grande importância para o nosso Estado e para o nosso país. O segundo tema que vou falar, nesta manhã, Senhor Presidente, é a realização da primeira visita feita pela Frente Parlamentar de Combate à Violência contra a Mulher. Realizamos uma visita ontem, eu e a deputada Valéria Macedo, ao Instituto Médico Legal, IML, de São Luís, sobre algumas reclamações que foram encaminhadas para a Frente, pela Promotoria da Mulher. Fui recebida pelo diretor do IML, doutor Jorge José Vanderlei de Sousa e pelo superintendente da Polícia Técnica Científica, doutor Miguel Alves da Silva Neto, que nos falou sobre os procedimentos por eles realizados no Instituto. Relataram que as mulheres vítimas de violência são tratadas, em regime de urgência, quando a denúncia dos laudos são elegíveis, e também que essas mulheres, quando chegam lá, há uma caneta, deputado Eduardo Braide, uma caneta vermelha, que já é inscrita nesses laudos, para que elas sejam atendidas, o mais rápido possível. Foi falado que são emitidos 20 mil laudos, anualmente, o quantitativo de lesões corporais em mulheres é alarmante, sendo que deste número 80% destas são vítimas de violência doméstica. De janeiro a maio, foram realizados 4.110 laudos, que são classificados ‘A’ para homens e ‘B’ para mulheres. Pasmem, senhoras deputadas, dos 4.110, 1.463 foram em mulheres, 41 deles são conjunção carnal, vítimas de violência sexual, sendo desses 1.463, 80% são em mulheres vítimas de violência doméstica. Eles ainda não separam as vítimas, mas que nós fizemos esse pedido e que, a partir de agora, será feito. Segundo o senhor Wanderley, os laudos são digitados, em tempo real, ou seja, no momento em que estão sendo realizados os exames, já estão sendo digitados os laudos, pois verificamos consultórios todos com computadores. Falou ainda que há uma demanda reprimida, sim, do ano anterior, mas, desde que assumiu a função está fazendo o impossível

para sanar essa deficiência, que até o presente momento esta demanda reprimida já foi resolvida 70% dos casos. Em nosso Estado, existem 217 municípios e há apenas três IML. No geral, precisamos aumentar o corpo funcional e estrutura, que hoje atende São Luís e região é a mesma que atendia, na década de 70, quando a população era de aproximadamente 400 mil habitantes. Hoje, a população de São Luís é mais de um milhão e trabalha com a mesma estrutura da década de 70, são apenas 34 médicos legistas, sendo que para essa quantidade de habitantes precisaria no mínimo de 100. O superintendente da Polícia Técnica Científica, Dr. Miguel, disse que foram entregues 80 notebooks aos técnicos para que assim tenhamos mais agilidade e precisão nos laudos emitidos pelo instituto. Aproveitou a oportunidade para solicitar de nós, parlamentares, ajuda para desmembrar o ICRIM e o IML da Polícia Civil, pois são políticas diferenciadas que precisam de independência para desenvolver um trabalho de qualidade. Agradeço à equipe da Assembleia Legislativa que nos acompanhou nesta visita, à Mesa, ao Gabinete Militar, à imprensa e aos fotógrafos. Meu muito obrigada, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Sousa Neto.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO (sem revisão do orador) - Bom dia a todos, senhor presidente, membros da Mesa, senhoras deputadas, senhores deputados, todos da galeria, amigos da imprensa, todos da TV Assembleia, todos que nos escutam. Ontem o estado do Maranhão viveu um marco histórico. O governo do estado do Maranhão conseguiu decretar a falência do Sistema de Segurança Pública do Estado. Um marco histórico de forma negativa. Conseguiu decretar a falência da Secretaria de Segurança Pública do Estado, deputado Cesar Pires. Eu não me lembro nunca ter visto ou ouvido falar da polícia, não só do Maranhão, mas do Brasil, ter ajudado, por mando da Secretaria de Segurança Pública, deputado Fernando Furtado, ajudado porque o crime agora é que comanda o Estado do Maranhão, o crime tirou cem famílias ontem do Coroadinho por falta de planejamento da Segurança Pública do Estado do Maranhão, saíram de suas casas e a polícia foi ajudar os moradores a retirar os seus pertences por falta de aparelhamento, por falta de combate ao crime organizado, as facções estão tomando conta agora da nossa cidade. Isso é uma vergonha para o Governo do Estado, é uma vergonha para a Secretaria de Segurança Pública do Estado. Ontem também, para tirar um pouco do foco para não dizer que é só na capital, entre a cidade de Turilândia e Santa Helena foi interditado, interditado pela população que não consegue mais e não aguenta mais tanta violência. Santa Helena, deputado Othelino, não tem juiz na cidade, Turilândia não tem delegado, não tem policiais no interior do Estado do Maranhão e ainda querem trazer os poucos que têm para fazer segurança aqui na capital. Prova disso, mais um banco estourado ontem na cidade de Bequimão, o Bradesco foi estourado ontem na cidade de Bequimão pela bandidagem. E pasmem V. Ex.ªs, porque a população estava ajudando a polícia a apagar o incêndio, ajudando a polícia para dar sustentação na hora que aconteceu o problema. E ontem esse fato que aconteceu no Coroadinho, para mim e para todos nós, para a população do estado do Maranhão, foi um fato mais do que lamentável. Brigas entre facções, os comerciantes, as pessoas de bem sendo escoraçadas de suas casas, e a Secretaria de Segurança, em vez de ser enérgica, o que ela faz? Ela pede para o policiamento ir ajudar na retirada dos moradores das suas casas. Não existe mais segurança pública no estado do Maranhão, prova disso foi ontem no Coroadinho. E quando tínhamos policiais especializados, coronéis especializados no combate ao crime organizado, às facções criminosas, eles são colocados nas reservas. Coronel Ivaldo, quem não conhece seu trabalho, trabalho exemplar no estado do Maranhão no combate ao crime organizado, às facções criminosas. Todos o respeitam porque se sabe que com bandido não se brinca. Ele está aposentado, foi colocado na reserva. Se for para substituir, que substitua por um que resolva ou que seja melhor, mas não que fique do jeito que está com a população à mercê da bandidagem. Se for para outros bairros,



como é que vai ficar, minha gente? Isso foi no Coroadinho ontem, mas pode ser em qualquer outro bairro, em qualquer outra área da capital, porque a criminalidade está em ascensão, as facções criminosas estão em ascensão aqui em São Luís e no estado. E a Secretaria de Segurança tem que dar uma resposta enérgica e não ficar mais uma vez no discurso de Facebook, dizendo que vai ter mais 780 policiais amanhã nas ruas. E eu vou cobrar, deputado Cabo Campos, porque foi anunciado que seriam chamados os excedentes amanhã, dia 17 de junho. Muitos policiais me ligaram satisfeitos porque vão ser promovidos amanhã. Eu vou aguardar o posicionamento da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Maranhão, porque, se não for, aí realmente está decretada a falência da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Stênio Rezende. Ausente? Deputada Andréa Murad.

A SENHORA DEPUTADA ANDRÉA MURAD (sem revisão da oradora) - Senhor Presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, galeria, imprensa. Desde segunda-feira, eu venho falando a respeito do Secretário Márcio Jerry estar tomando o lugar dos deputados e fazer o que ele bem entende no Estado. Só que ontem, deputado Edilázio, ele conseguiu piorar ainda mais a situação dele com uma entrevista, com uma declaração que ele deu para o Robert Lobato. Ele disse: "O ofício apenas orienta, acatando sugestão dos líderes dos blocos, não estabelece nenhum regramento novo. Adequações, quando necessárias para reenquadramento das emendas em conformidade com a Lei Orçamentária, podem ser feitas via decreto". Ele se enrolou ainda mais, no ofício estava expresso que era emenda parlamentar. Ele simplesmente demonstrou que está praticando um crime contra as finanças públicas do Estado, e ninguém diz absolutamente nada, ninguém fala nada, líderes de blocos não têm condão para alterar Lei Orçamentária. Eu quero saber o que que está acontecendo no Maranhão? Aí depois ele disse que não existe emendas para deputados novatos. O governo com tudo se dispõe a atender sugestões, indicações deles para realizações de ações. Iguais, três milhões, cento e cinquenta mil iguais para os deputados novatos que votaram no presidente Humberto para presidente desta Casa, foi esse o acordo. E aí ele bota no ofício como Emenda Parlamentar. Quer dizer que só eu e o deputado Souza Neto não temos direito aos recursos? Porque para mim isso não é Emenda, deputado Edilázio, isso é recurso; porque se esta Casa não aprovou, isso não é Emenda, é recurso que o Governador quer dar para os deputados, sabe-se lá por qual razão. Então, deputado Souza Neto, como eu e V. Ex.^a não participamos da eleição do Presidente Humberto para presidente desta Casa, nós não temos direito de receber três milhões, cento e cinquenta mil. Como se fosse para nós dois, como se não fosse em benefício do povo, é algo impressionante o que acontece neste governo. Ele disse que não é Emenda e nós vamos provar que é Emenda, nós temos o ofício que ele encaminhou para os deputados novatos, para todos os deputados novatos. O deputado Adriano só recebeu porque foi atrás, porque na mão dele não chegou, ou seja, se ele também não tivesse ido, não teria recebido, não irá receber. É sinceramente uma brincadeira esse governo, que acordo ridículo, que falta de respeito. E falta de respeito maior são os deputados antigos desta Casa acharem isso a maior naturalidade do mundo, como se isso fosse muito normal, como se essa discriminação fosse natural. Ao invés do Governador, que não aceitou e que fez o seus deputados governistas desde criancinha. Teve deputado que retirou a assinatura, teve outros que não assinaram desde o começo da emenda impositiva, uma vergonha porque nunca se sabe o dia de amanhã. Estou repetindo hoje meu discurso de ontem. Uma vergonha para esta Casa, porque não se sabe o dia de amanhã, esta a mão de deputado seja lá que for para ficar na mão do Governo. E como na política, deputado Othelino, a gente sabe que um dia a gente esta no lado de cá, como tem uns deputados que estão uma hora aqui, outra acolá, realmente é de se repensar a postura que se deve adotar, porque na hora não se aprova

uma emenda como essa, também daqui a quatro anos, do jeito que esse Governo está indo não vai ter emenda nenhuma, nem hoje, nem nunca. Obrigada a todos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Alexandre Almeida.

O SENHOR DEPUTADO ALEXANDRE ALMEIDA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, senhoras e senhores da imprensa, senhora e senhores que acompanham esta sessão pelo sistema de comunicação da Assembleia. O município de Timon sediará nos dias 19, 20 e 21 mais uma revolução cultural, o Timon Junino 2015. Esse projeto nasceu há três anos, com o objetivo de resgatar a cultura popular do nosso município de Timon, mas, sobretudo, de integrar a nossa cultura timonense com a cultura do Maranhão. Pois, mesmo paradoxal que seja dizer que nós queremos integrar a cultura de Timon com a cultura do Maranhão, considerando que o município de Timon faz parte do estado do Maranhão, o fato de Timon estar ao lado de Teresina faz com que nós tenhamos muito mais contato com a cultura do estado do Piauí do que até mesmo com a cultura do nosso estado do Maranhão. E, nesse sentido, o Timon Junino nasceu também com esse objetivo de fazer esta integração. E hoje nós podemos registrar que, já na terceira edição do Timon Junino, nós estamos cumprindo com esse papel. Senão, vejamos: no primeiro Timon Junino, nós tivemos uma grande dificuldade de encontrar Bumba Meu Boi no município de Timon, encontramos três, quatro, e mesmo assim todos sem apoio, sem incentivo e até sem condições de se apresentar. E com o Timon Junino essa história mudou e hoje nós passamos de três, quatro grupos para mais de nove grupos. E todos esses grupos folclóricos que representam muito bem a nossa cultura maranhense, já podem ter a satisfação de se apresentar tanto em Timon, como também em qualquer cidade do nosso estado do Maranhão, e dessa forma representar o nosso município nos quatro cantos do nosso estado. As quadrilhas juninas, também uma característica muito forte da nossa cultura, estavam desarticuladas, estavam desorganizadas, passaram a ter uma nova realidade. Porque um dos objetivos do Timon Junino é exatamente criar condições de incentivo e até mesmo incentivo financeiro, porque o projeto contempla o apoio financeiro para que esses grupos possam então se instrumentalizar e se organizar para também fazerem boas apresentações. Em resumo, Senhor Presidente, o Timon Junino de fato é uma realidade. Conseguiu registrar o marco não apenas para a cultura timonense, mas também para a cultura do nosso estado e por isso que nós hoje conseguimos participar, inclusive, do calendário estadual da cultura do nosso estado. Nesse sentido, eu venho aqui, inclusive, fazer um agradecimento, deputado Rogério Cafeteira, Presidente Humberto Coutinho. Um agradecimento no sentido do Governo ter cumprido com o seu papel, considerando que ano passado eu, como deputado estadual, aprovei junto com todos os deputados nesta Casa uma Emenda para financiar a realização desse projeto. E o Governo agora, demonstrando compromisso com a política de cultura, autorizou a execução orçamentária desta rubrica e consequentemente, autorizando consequentemente a realização desse projeto que de fato consolidou em nosso município e que hoje tem uma grande importância, como já disse, cultural e, sobretudo, econômica porque no Timon Junino nós temos a oportunidade de gerar renda para dezenas de pais e mães de família que comercializam algum produto no espaço que nós oferecemos de forma gratuita a todos que nos procuram. Então era esse o registro que eu queria fazer e agradecer mais uma vez pela participação da Secretaria de Estado de Cultura que acreditou e aprovou mais uma vez esse projeto cuja realização nós podemos estar aqui celebrando. Muito obrigado, senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Wellington do Curso.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO (sem revisão do orador) - Senhor presidente, demais membros da Mesa,



senhores e senhoras deputadas, galeria hoje mais uma vez ocupada pelos funcionários da Casa. Aprovação hoje do acordo firmado com esta Casa e com vocês. Então, parabéns por se manterem na luta, parabéns pela conquista. Galeria também ocupada, na manhã de hoje, por nobres ex-alunos aprovados no último concurso do TJ, ratificando o nosso convite para a audiência pública na sexta-feira, às 08 horas da manhã, em defesa dos aprovados no concurso do TJ. Sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa, sejam todos bem-vindos à Casa do Povo. Imprensa, radialistas, jornalistas, blogueiros que acompanham essas sessões na Assembleia Legislativa, internautas, telespectadores através da TV Assembleia, povo do Maranhão. Aproveitando já que fiz o cumprimento a todos os aprovados no TJ, nós, através da Indicação nº 048, solicitamos à Desembargadora Cleonice Freire que adotasse providências no sentido de convocar os aprovados no último concurso do Poder Judiciário promovido em 2011, e ressaltamos a disponibilidade, inclusive, financeira. E recebemos o Ofício número 208/2015 em resposta ao Ofício nº 043 desta Casa, encaminhando a nossa Indicação ao presidente do TJ. Então, nessa sexta-feira às 8h da manhã teremos aí representantes da Associação dos Magistrados, do Tribunal de Justiça, do CNJ. Aproveitar a oportunidade também para fazer o convite especial ao deputado Edilázio Júnior. Inclusive, V. Ex.^a está na relação dos convidados, que o senhor se faça presente também nessa audiência pública na sexta-feira às 8 h da manhã. Então, a convite de todos os aprovados, seria uma honra se o senhor pudesse prestigiar, pudesse participar dessa audiência pública. E aproveito também para estender a todos os demais parlamentares essa audiência pública de suma importância para a sociedade maranhense. Senhor Presidente, aproveitando o tempo que me resta, ontem, no final da tarde noite de ontem, eu fui ao INCRA fazer uma visita ao movimento grevista, onde 56 manifestantes iniciaram a greve de fome e oito ainda permanece fazendo essa greve de fome já há sete dias. Nós fizemos, inclusive, hoje uma indicação, que é uma moção de apelo, manifestando solidariedade à luta dos quilombolas, indígenas e camponeses acampados na sede do INCRA desde o dia oito de junho. Nesse período, 56 cidadãos entraram em greve de fome e no momento apenas oito permanecem privados de alimentos. E eu queria ressaltar para todos os demais companheiros de Parlamento que ontem, ao fazer essa visita, liguei antes para o deputado Zé Inácio, que é ex-superintendente do INCRA, é o presidente da Comissão de Direitos Humanos, e fiz a ligação solicitando não autorização, mas comunicando ao deputado, como presidente da Comissão, que eu estava me deslocando. O deputado Zé Inácio estava com um compromisso, mas logo depois também se fez presente no INCRA, acompanhou uma parte da negociação, que será apreciada hoje pela manhã, para que possamos ter um desfecho favorável aos manifestantes. E eu quero ressaltar a todos vocês que a fome que mais dói é a que provém da falta de justiça social. Porque oito manifestantes se encontram em greve de fome, mas a maior fome é a falta de justiça social deste país e deste estado. Então, solicitamos a compreensão de todos nessa moção e também o que apregoa a Constituição Federal, nosso Estado de direito fundamental e levantado pela bandeira de igualdade. E o que vemos no caso das comunidades quilombolas, mais que um ser humano, são pessoas que lutam, deputado Fernando Furtado, por ter o direito à terra. O senhor, que é sindicalista, que defende os quilombolas, os indígenas, o senhor não é da Comissão de Direitos Humanos, mas tem sido participativo em todas as nossas audiências públicas. E eu faço um apelo também a V.Ex.a, e não podemos ignorar o fato de que, independente de ser indígena, quilombola ou pertencer a qualquer etnia, trata-se aqui de cidadão, que como tais merecem respeito e direito. A fome que mais dói, como eu já falei, é oriunda da falta de justiça, sobretudo, a lesão direta ao que o homem possui de mais importante que é a vida. Independente de direitos solicitados pelos manifestantes, ontem nós fizemos a visita, enquanto Comissão de Justiça e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, e acompanhamos de perto a manifestação e manteremos esse contato aproximado para que tenhamos um desfecho adequado para os manifestantes ou quilombolas que ainda permanecem na sede do Incra

no estado do Maranhão. Que Deus abençoe a todos. Obrigado pela atenção.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Júnior Verde.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (sem revisão do orador) – Que Deus nos abençoe a todos. Excelentíssimo presidente, excelentíssimos senhores e senhoras deputados, imprensa, servidores desta Casa, internautas, telespectadores da TV Assembleia, galeria, senhoras e senhores. Subo a esta tribuna para destacar a nossa ida, enquanto representante desta Casa, à 19ª Conferência Nacional dos Legislativos Estaduais que aconteceu em Vitória, no Espírito Santo. Naquele momento, estavam presentes vários deputados ali interagindo junto a todos os deputados de outros estados. O Maranhão, representado na condição não só participativa, mas também de união de ideias e interesses em defesa deste estado. Faço esse registro para destacar principalmente que, naquela oportunidade de ouvir as palestras proferidas por diversas autoridades, entre elas o excelentíssimo senhor ministro Marco Aurélio, nós pudemos absorver experiências e conhecimentos e na interatividade, acima de tudo, voltar de Vitória com uma bagagem de quem realmente ainda mais tem um compromisso com o Maranhão, porque nós pudemos trocar experiências e, assim, na troca de experiências, conhecer a realidade de outros estados. É preciso que nós possamos avançar nas políticas de desenvolvimento do estado do Maranhão e essa convicção vem a partir do momento em que nós conhecemos um estado como o Espírito Santo e de um município como Vitória, além, claro, de tudo que foi proferido pelos doutos palestrantes e da informação que ali nos foi repassada, entre elas o princípio da ética e da moralidade, de buscar realmente ativar conceitos fundamentais para a sociedade tão perdidos, tão esquecidos, tão pouco debatidos como esse, por exemplo, que o excelentíssimo senhor Marco Aurélio citou que seria o princípio de “anormalidade” ser ético. Realmente temos que compreender que a sociedade precisa rediscutir, acima de tudo, princípios que formam o caráter, que formam a responsabilidade de cada um de nós. É claro que, no entendimento enquanto parlamentar, nós precisamos defender interesses públicos, e essa foi a iniciativa, o norte dessa conferência nacional porque o Brasil precisa avançar nas políticas de desenvolvimento. Este Parlamento integrado, que é a Unale, visa certamente essa troca de informações para que nós possamos de fato concretizar as políticas sociais deste país. E hoje trazemos também para o Maranhão porque, naquela oportunidade, senhor presidente, nós tivemos dois momentos importantes paralelos às discussões, significativos momentos, entre eles a discussão da Astral, que é a Associação Brasileira de Televisões e Rádios Legislativas. Naquele momento em que foi eleito o deputado Kleber Verde como presidente do Conselho Político dessa Associação, nós fomos escolhidos, eu junto com o deputado Paulo Neto, para sermos conselheiros da Astral, ou seja, nós vamos ajudar a trazer para o Maranhão políticas de desenvolvimento na condição associativa de televisões e rádios. Inclusive, no próximo mês, vamos formalizar aqui nesta Casa uma reunião importante na qual vão estar presentes presidentes de câmaras municipais. Inclusive já foi formalizado pelo presidente, secretário hoje de Comunicação daquela Casa do Congresso Nacional, deputado Kleber Verde, e nós vamos formalizar uma reunião para justamente descentralizar e levar este veículo de comunicação importante, que é a Rádio FM, aos municípios maranhenses, às câmaras municipais. Ou seja, é a interação, é a possibilidade que nós, em um evento nacional, tivemos de defender o Maranhão. Assim, como conselheiro hoje da ASTRAL, nós vamos poder buscar acima de tudo esses investimentos para os municípios maranhenses. Como também, nós tivemos a oportunidade de participar de uma reunião no Parlamento Amazônico, onde estavam presentes vários deputados, César Pires, Wellington do Curso, entre outros deputados. E naquele momento nós compomos uma chapa e fomos escolhidos como coordenador da Juventude do Parlamento Amazônico, o que para nós nos enche de mais responsabilidade. Discutir o Maranhão que faz parte desse



contexto das políticas de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia Legal. Precisamos investir na nossa juventude, no nosso trabalhador, e nós vamos, com muita responsabilidade agora, mais do que nunca, poder defender o Maranhão na condição de quem aqui vivencia as realidades socioeconômicas desse Estado. Fazendo políticas para a juventude, mas, acima de tudo, defendendo os interesses socioeconômicos do Maranhão. Muito obrigado a todos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Os oradores Vinícius Louro e Eduardo Braide ficam inscrito para amanhã, porque o tempo do Pequeno Expediente já estourou.

IV - ORDEM DO DIA.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Segundo Turno. Votação Nominal. Proposta de Emenda Constitucional nº 004/2015, de autoria do deputado Edivaldo Holanda. Em discussão. Em votação.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE (Questão de Ordem) – Senhor Presidente, tem que ser votação nominal, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – É nominal. Primeiro Secretário para inicia a chamada nominal. O Deputado Edilázio fará a chamada. Os deputados que apoiarem a Emenda, dizer SIM e os que rejeitam dizer NÃO.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR (Faz Votação Nominal) – Senhor Presidente, seis ausentes e 36 Sim.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Aprovado. À Redação Final. Projeto de Lei nº 096/15, de autoria da deputada Graça Paz. A deputada está ausente, mas como já correu por três sessões da Ordem do Dia, o projeto pode ser votado. Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. À Redação Final. Requerimento nº 289/15, de autoria da deputada Nina Melo. Ausente, mas já correu por três sessões e pode ser votado. Em discussão. Em votação. Os deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Requerimento nº 298/15, de autoria do deputado Othelino Neto e do deputado Eduardo Braide. Em discussão. Em votação.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Senhor presidente, pela Ordem.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Pela Ordem, deputado Eduardo Braide.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE (questão de ordem) – Senhor presidente, eu gostaria de, através de acordo de líderes, que esse projeto pudesse ser votado na própria Ordem do Dia, para que não aguardasse uma sessão extraordinária. Eu acho que os servidores desta Casa merecem que seja logo aprovado na Ordem do Dia.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Vamos concluir a votação na Ordem do Dia. Requerimentos 294 e 295, de autoria do deputado Othelino Neto e do Wellington do Curso. Deferido.

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE – Senhor presidente, antes de passar para o próximo requerimento, eu gostaria de solicitar ao deputado Othelino Neto e ao deputado Wellington do

curso, que são autores do referido requerimento, que eu possa também subscrever eu mesmo.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Se o autor autorizar, está subscrito, autorizado.

O SENHOR DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO – Autorizado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Requerimento nº 296/2015, de autoria da deputada Andréa Murad. Deferimento. Requerimentos 299 e 300/2015, de autoria do deputado Júnior Verde. Deferido. Sessão está suspensa. Projeto de Lei nº 132/2015, de autoria da Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa, que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores efetivos e estáveis do quadro pessoal permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e dá outras providências. Depende do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da Comissão de Administração Pública, Seguridade Social e Relações de Trabalho e da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle. A Sessão está suspensa.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Reaberta a Sessão. Deputado Marco Aurélio.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO - Senhor presidente, o Projeto de nº 123/2015, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, foi aprovado por unanimidade nas comissões competentes.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Votação em primeiro e segundo turnos. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Os deputados e deputadas que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. À sanção. Fica incluído, na Ordem do Dia da sessão ordinária de quinta-feira, o Requerimento nº 301/015, de autoria do deputado Wellington do Curso. Requerimento nº 302/2015, de autoria do deputado Othelino Neto.

V - GRANDE EXPEDIENTE.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO -Deputado Rogério Cafeteira, por 30 minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras deputadas e senhores deputados, galeria, imprensa. Senhor presidente, o que me faz vir hoje a esta tribuna foi o 6º Encontro de Inteligência que ocorreu na nossa capital do estado do Maranhão. Aqui venho relatar fatos que aconteceram durante esse fórum. Esse encontro trata de articular forças para combater o crime organizado no Nordeste, integrar os organismos de inteligência da região e aprimorar as novas tecnologias nas investigações criminais. Esses foram alguns dos temas que conduziram a discussão entre os representantes de Serviço de Inteligência durante o 6º Encontro de Inteligência com a presença do governador Flávio Dino e do coordenador geral da Secretaria Nacional de Segurança Pública, senhor André Mendes, membro do Ministério da Justiça. Inclusive o senhor André Mendes destacou o novo momento da segurança pública do Maranhão. Deputado Sousa Neto, o que é feito na área de segurança é importante que se acompanhe, inclusive o reconhecimento de membros do Ministério da Justiça. Então, Dr. André destacou o novo momento da segurança pública no Maranhão que começa a implantar um modelo de articulação e compartilhamento através do Gabinete de Gestão Integrada que é presidido pelo governador e articula dados inteligentes de todos os poderes constituídos. Falas do Dr. André: “É preciso destacar aqui o esforço do novo governo do Maranhão que começa a



implantar um modelo articulado de combate ao crime, por isso é uma satisfação realizar o evento neste estado que já está avançando muito nesta nova gestão ao acentuar o trabalho conjunto entre o Estado, fundamentalmente para o combate às quadrilhas". Nessa edição regional do Encontro dos Chefes de Inteligência de Segurança Pública da Região Nordeste, integrando as informações e ações dos serviços de inteligência da Polícia Militar, Rodoviária, Ministério Público e Poder Judiciário, é possível trabalhar para superar o alto índice de impunidade e os problemas carcerários encontrados em nosso país. Durante o evento, o governador Flávio Dino defendeu a integração entre todos os estados da região Nordeste para superar o gigantesco desafio de conter a violência. Para eles, ações interfederativas são elementares para qualificar a ação de todos os policiais. Anfitriã da edição de 2015 do Encontro de Chefes do Organismo de Inteligência do Nordeste, Dilma falou ainda sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas no Maranhão e que resultaram no declínio de crimes violentos e assaltos nos primeiros cinco meses do governo. Embora algumas alas queiram levar a população a crer de forma contrária, os números demonstram a verdade do que está acontecendo. Dificuldades obviamente não ocorrem só no Maranhão, todos os estados têm, mas nós temos avançado bastante. Durante o evento, foi citado também o maior investimento em segurança pública que, em 2015, já teve execução orçamentária 25% maior que em 2014, abrangendo o mesmo período, deputado Sousa Neto. Esse investimento maior foi usado para a compra de novos sistemas de comunicação, aparelhamento da polícia, aumento dos salários dos policiais, e é importante que se diga que o aumento de salário dos policiais, deputado Sousa, ocorreu no Maranhão, e eu acredito que tenha sido exclusivamente aqui, pois nenhum outro estado do Nordeste, no ano de 2015, promoveu o aumento de salário de profissionais na área de segurança. No entanto, Dino reiterou que a política de segurança pública eficaz só pode ser alcançada em uma sociedade em que a desigualdade social seja compatível, conhecida como políticas sociais básicas para inserir a população em situação de vulnerabilidade social em acesso a serviços públicos de qualidade. E aqui já citei esse mesmo assunto, isto é, segurança se faz com polícia, mas se faz também, deputado, com outras ações do governo. Citei aqui e volto ao mesmo assunto: as UPPS do Rio de Janeiro são um exemplo muito claro disso. Antes de ser implantada uma UPP em uma determinada região, são levados para lá serviços de saúde, de educação, de esporte e políticas sociais, porque a polícia pode até conter momentaneamente uma área de violência, mas ela não mantém isso eternamente. Portanto, se não houver um trabalho de políticas sociais, de saúde, de educação, isso não perdura. Queria também destacar o que foi falado no encontro da criação de novos cargos para PM e Bombeiros. O governador Flávio Dino criou uma medida provisória que prevê a criação de 1.064 cargos para reestruturação de carreira do Corpo de Bombeiros Militares e Polícia Militar. A medida foi iniciada no começo da noite de terça-feira, dia 16, pelo governador do Maranhão. Outra medida assinada ontem foi a nomeação de 10 delegados da Polícia Civil para atuar no Maranhão em investigações e combate ao crime. Essa medida provisória prevê a criação de 490 cargos para o Corpo de Bombeiro e Militar e 570 cargos para a Polícia Militar do Maranhão. Queremos ampliar a capacidade de investigação e repressão ao crime, nosso desejo é dar prosseguimento ao esforço de qualificação de Segurança Pública. Palavras do governador Flávio Dino. No início do ano, o governador convocou mil candidatos excedentes no concurso público. E aqui aproveito a oportunidade para mais uma vez fazer explicação dessa convocação que já foi aqui tão combatida. A promessa do governador era o chamamento de mil policiais e, quando se fala em mil policiais, obviamente são mil excedentes do concurso. Um aparte, deputado Othelino?

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado Rogério, quando puder, sem querer atrapalhar, me conceda um aparte.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA – Só eu terminar o raciocínio, com prazer lhe concederei. E assim foi feito.

Foram convocados mil excedentes. É óbvio que o policial militar não é como um engenheiro, um médico que está formado e a qualquer momento pode exercer sua função. É lógico que quando é convocado, ele passa por um período de treinamento de preparação. E assim está sendo feito. Dos mil que foram convocados, pela milésima vez vou explicar, 350 não compareceram, sobraram 650, desses 650 aproximadamente, 250 não passaram na prova de aptidão física, ficaram mais ou menos 400, ou melhor, para ser mais preciso, restaram 388 que estão em treinamento e que em breve estarão nas ruas. E aqui gostaria de destacar, deputado Othelino, uma situação que ocorreu no governo passado, e exatamente dessa tribuna eu chamei a atenção. Foram colocados, e aí eu vou falar de uma região que é onde eu faço mais política, que é a região do médio sertão. Lá eram 45 vagas e foram para o curso de preparação 50 policiais, deputado Levi, após o treinamento, o que foi feito? Farda e armamento, isso no período de carnaval, que é um período mais suscetível a um acontecimento de uma briga e qualquer que seja nesse sentido, nós estamos mais suscetíveis nessa época. E pasmem: foram colocadas cinco pessoas que, apesar de preparados, não eram policiais. Eles estavam fardados e armados. E aqui eu cobrei do governo e fui à Secretaria há época e nunca tive resposta. Se as pessoas... com a graça de Deus não aconteceu nenhum incidente, mas imaginem se houvesse um incidente nessa época, o problema que não teria sido acarretado para essa pessoa? Deputado Othelino, com prazer eu lhe concedo um aparte.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) – Deputado Rogério, quando V. Ex.^a trata e repete a explicação quanto à convocação dos policiais é muito pertinente, mas a Oposição saudosista, V. Ex.^a vai repetir isso mil vezes e outras mil, e outros deputados outras 10 mil, e eles não vão entender. Esse assunto, quando eu vejo a Oposição falando da crise da segurança, dos índices dos homicídios, eu me lembro daquele samba do Bezerra da Silva, quando ele diz o seguinte: “jogaram uma semente no quintal e nasceu um tremendo matagal. Quando a polícia chegou o vizinho disse ‘eu não sei e não conheço. Isso nasceu aí’”. É como se eles não tivessem nada a ver com o assunto, é como se começasse a ter violência no Maranhão de 1º de janeiro para cá. É como se eles não tivessem destruído o sistema de segurança pública durante alguns governos e, nesse último, transformado a Secretaria de Segurança num comitê eleitoral. A Secretaria de Segurança só servia para os interesses mais imediatos eleitores do então Secretário. E agora ficam tentando buscar atribuir culpas de um problema que é histórico e que, conseqüentemente, não se resolve num passe de mágica do atual governo. V. Ex.^a falou de dois números importantes: os 490 cargos que foram criados através de medida provisória, para estruturar a carreira do corpo de bombeiro, e mais 574 da polícia militar, além dos policiais que foram chamados, além, evidentemente, das ações de inteligência. E aí eu vi fazendo referência àquela situação de fato crítica no Coroadinho algumas pessoas com medo da violência lá. Mas a Oposição saudosista não falou da intervenção da polícia lá ontem. O confronto que houve, inclusive resultando na prisão e na morte de bandidos. Então é como se não estivesse acontecendo essas coisas, e a Oposição vai ficar batendo na mesma tecla. E aí eu digo, repito e enfatizo. Na verdade, a cada dia, um privilégio cai por terra e a dor de cotovelo aumenta.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Deputado Othelino, aproveitando suas palavras, agradeço seu aparte. Infelizmente, alguns colegas se deixam influenciar, se deixam tomar pela arrogância, pela demagogia; porque, deputado Othelino, eles sabem exatamente a explicação. É, simplesmente, má vontade, é simplesmente porque estão mal intencionados, é para distorcer os fatos. Eu vejo aqui deputados que batem no peito e dizem que são defensores da liberdade de imprensa, mas eles só defendem a liberdade de imprensa, deputado Marco Aurélio, quando a imprensa fala bem deles. Quando a imprensa fala mal deles, eles recorrem para grupos, para pedir cabeças de jornalistas, para que os jornalistas não possam participar da Assembleia,



do Comitê de Imprensa. Eles sobem aqui e dizem que órgãos de imprensa como O Imparcial são vendidos. Eles chegam ao ponto, deputado Marco Aurélio, de questionar decisões judiciais. Entram com um determinado Mandado de Segurança, e aí já questionam a questão dos Magistrados. Vão para o Facebook, vão para o Instagram das pessoas. Então, veja bem, também nesse caso eles acham que a Justiça só é boa quando julga a favor deles. Quando julga contra, não presta. Quando julga contra, o juiz é venal. Então, algumas pessoas que durante toda a sua vida foram mimadas e acham que podem continuar mandando, tem pessoas aqui que são deputados estaduais e que acham que são governadores. Estão começando agora, podem chegar, no dia que for governador. Já diz o nome “governador”, ele que governa, ele é executivo. Tem gente aqui que quer colocar na mão do Secretário Márcio Jerry o Governo. Existe uma diferença muito grande, deputado Marco Aurélio, desse Governo, esse Governo não tem ilha de poder, esse Governo só tem um que manda e é assim que tem que ser o Governo, quem tem que mandar é o Governador. Em passado recente, tinha muito Secretário que recebia ordem do Governador e chegava à Secretaria dele e dizia que não fazia. E sabe o que acontecia, deputado Marco Aurélio? Desculpe, deputado Marco Aurélio, nada. Não fazia mesmo e ficava por isso mesmo. Então, eu vejo hoje grandes críticos do governo atual, que eram gerentes dessas ilhas de poder. Mas não contem comigo essas pessoas para brigar. Se estão achando que vão crescer em cima de mim, em cima de discurso, comigo não! Não vão realmente, até porque quando você chega aqui e diz “eu não era deputado, eu não quero saber”. Por sinal, tenho impressão que fez um curso de oratória, está bem melhor, está atuando bem melhor na tribuna. “O que aconteceu antes eu não quero saber, porque eu sou deputado agora. Agora que a gente tem que resolver”. E, como já de costume, apontar dedo para os colegas aqui, acusar o Presidente Humberto Coutinho, querer questionar a eleição de Presidente de Assembleia. O deputado Humberto Coutinho foi eleito presidente porque teve competência para conduzir a eleição dele, deputado Marco Aurélio. No passado recente também teve gente, me desculpe deputado Humberto Coutinho, mais poderosa no governo que V. Ex.^a que não conseguiu, tropeçou nas próprias pernas, culpou alguns colegas, mas tropeçou nas próprias pernas. Então, não vai ser querendo me provocar, que ninguém vai fazer videozinho para colocar em whatsapp, facebook. Faça seu caminho de Oposição, siga seu caminho e me largue de mão, que é a melhor coisa que você faz. Mas voltando ao tema, deputado Othelino, eu queria citar também algumas ações da área de segurança que ocorreram agora e que eu acho que é visível, deputado Othelino, a ação da polícia nesses últimos dias. E aqui vou citar alguns. Isso foi só do dia de ontem, senhoras e senhores deputados: Policiais Militares prendem traficante de craque em Periz de Baixo; Policiais Militares prendem trio com drogas e notas falsas no São Francisco; Policiais Militares prendem suspeitos de tráfico de drogas no Geniparana. Então, senhoras e senhores deputados, vejam bem, na questão da Operação Catraca, eu queria citar alguns números e essa eu realmente presenciei, por acaso, rodando pela cidade. Várias ações nesse sentido, na Holandeses, no São Francisco, no final de semana. Ônibus abordados e vistoriados pela polícia. Aqui queria citar alguns números: nos dias 12,13 e 14, mais de 150 ônibus foram revistados; só no segundo dia de operação, 1.352 pessoas foram abordadas, 31 veículos e 38 motocicletas, além da ocorrência de duas prisões em flagrante e de duas armas brancas que foram retiradas de circulação, sendo que uma foi encontrada durante uma abordagem no bairro da Forquilha e a outra, na região do Centro da cidade. Ainda na ação foram apreendidos papéis de crack. Já as outras três prisões foram registradas no domingo, dia 14. Foram nove armas e 81 gramas de entorpecentes, sendo 64 de maconha, 16 de crack e um de cocaína. Tudo apreendido nas abordagens. Foram encontradas também 44 petecas de crack. O policiamento com abordagem e patrulhamento extensivo vai continuar durante todos esses dias. Deputado Edilázio.

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR (aparte) – Obrigado, deputado Rogério. Queria morar nesse Maranhão de V. Ex.^a.

Maranhão muito fantasioso. Por acaso, com relação a números, deputado Rogério, o número de assalto a ônibus aumentou significativamente. Em apenas um domingo no mês passado, foram seis assaltos em um único dia. Durante a Operação Catraca, foi tão exitosa a operação que tiveram dois assaltos durante a operação. Todos os ônibus sendo revistados, mas houve dois assaltos. A explosão de bancos no interior, deputado Rogério, V. Ex.^a é conhecedor e sabedor porque lê as notícias todos os dias, mais que dobrou. Quando V. Ex.^a fala que quando chama policial, que não se pode pegar um policial, é obvio que isso não pode pegar um aprovado em um concurso e colocar nas ruas, mas parece que para o governo não vale, porque tinha um zelador trabalhando com um policial dentro da viatura, vestido como policial e armado com os policiais militares do Estado do Maranhão. Quando V. Ex.^a fala que aumentou os salários dos policiais, nada mais justo, mas o Governador pregava PEC 300, como já falei com V. Ex.^a sobre isso. Os números de latrocínios também aumentaram, deputado Rogério Cafeteira. Então, assim, eu queria muito morar no Maranhão que V. Ex.^a vende aí desta tribuna, muito obrigado.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA – Obrigado pelo aparte, deputado Edilázio.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE – Deputado Rogério, me permita um aparte, por favor?

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA – Deputado Júnior Verde, por favor.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (aparte) – Deputado Rogério, V. Ex.^a acaba de destacar aqui uma condição fundamental para o desenvolvimento do processo de segurança pública do Estado do Maranhão, que são as ações, acima de tudo, de enfrentamento, através dessa iniciativa, que é das abordagens. Então, eu acredito que o caminho é esse, desenvolver inclusive estrategicamente, até porque nós estamos em guerra, e estar em guerra é poder com as suas estratégias para esse enfrentamento, nós precisamos, acima de tudo, da composição de força, eu já citei isso aqui, que a Polícia Militar junto com, por exemplo, nós temos um contingente de guardas municipais, São Luís tem mais de um milhão de habitantes, que podem ser utilizados nessa composição de apoio, isso tem uma previsão legal, para que possamos, de fato, fazer uma política de segurança pontual, em lugares estratégicos, como entradas e saídas de bairros com eventuais índices de criminalidade elevados. A estratégia é esta, justamente as abordagens, são as equipes que se formam e podem estar ali no dia a dia, fazendo as vistorias. Essa composição realmente resguardando, acima de tudo, a sociedade. A presença da polícia efetiva nessa condição da abordagem de poder estar revistando, de poder estar inibindo e fazer com que o marginal pense duas vezes em sair para poder praticar crimes. Então, este é o caminho, é o caminho certo que a polícia tem que fazer, é uma condição estratégica das principais áreas realmente para poder, não só no mapeamento, mas também nessa perspectiva de abordagem. Destacar a V. Ex.^a que eu o ouvi com relação à questão da convocação dos policiais militares e é importante porque V. Ex.^a enfatizou que 350 não compareceram. Então nós não podemos, eu aprendi, fiz história também, eu aprendi com Gilberto Cutrim que quem não aprende com a história erra duas vezes e projeta um futuro repetido. Então, foi uma indicação dos próprios concursados para que nós pudéssemos fazer uma análise prévia de quem realmente tem interesse, para poder evitar que ele seja convocado e, no ato dessa convocação dos demais atos, ele não participe do processo, inviabilizando o outro policial que poderia ter sido chamado. E assim é claro de uma forma mais dinâmica e pontual, nós de fato e de direito temos os 1.500 policiais fazendo academia. Então que V. Ex.^a pudesse reforçar junto ao governo, com a sua liderança, com o que V. Ex.^a tem defendido aqui com muito brilho realmente, voltando o seu esforço a essa condição, que pudesse chamar a atenção do governo reforçando



essa nossa indicação de que é preciso fazer uma análise prévia, até com a própria assinatura do aprovado para que ele realmente manifeste interesse ou não de continuar as outras etapas destes concursos, porque assim nós vamos ter de fato esse contingente de polícias que nós queremos para reforçar a segurança pública no estado do Maranhão. Obrigado a V. Ex.^a pelo aparte.

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Nesse sentido, deputado Júnior Verde, eu queria destacar que, em março deste ano, foram nomeados 20 delegados, 30 investigadores, 15 peritos, um escrivão. E aqui eu queria ressaltar a atuação de três colegas, deputado Júnior Verde, deputado Cabo Campos, deputado amigo Sousa Neto, que são de oposição, mas que têm dado uma contribuição importantíssima na área de segurança. Dois alinhados ao governo. Deputado Sousa, de oposição, com uma crítica sempre respeitosa. Temos que levar em conta e consideração, deputado Sousa, que com certeza a sua posição contribui para que o governo tome as medidas que nós sabemos são medidas cabíveis para a gente melhorar o sistema de segurança. Nós sabemos e nós não somos hipócritas de achar que um problema de segurança que assola todo o país e que vem aumentando no estado, e aí vêm vários fatores que contribuem, mas eu queria destacar a atuação de V. Ex.^a também. Sobre o deputado, aparte do meu amigo querido.

O SENHOR DEPUTADO SOUSA NETO - V. Ex.^a me concede um aparte?

O SENHOR DEPUTADO ROGÉRIO CAFETEIRA - Só para eu acabar o raciocínio aqui, deputado Edilázio, respeito a oposição do deputado Edilázio, mas diferente do que algumas pessoas querem fazer aqui, deputado Edilázio, o Maranhão não começou dia 01 de janeiro. Diferente de algumas pessoas que chegaram aqui e dizem que o que passou não tem nada a ver com isso, isso não vai acontecer, até porque a opinião pública não é boba, a opinião pública sabe como algumas pessoas chegaram aqui. E veja bem, na nossa vida pública, todo mundo tem ônus e bônus. Queria destacar, por exemplo, a postura do deputado Zé Adriano de defesa da família e do grupo a que ele pertenceu, a que ele pertence, com a história do seu avô, da sua tia, do seu pai. O deputado Adriano, e aqui meu coloco na mesma situação, incondicional em defesa de uma crítica a minha família, ao meu tio, o senador Cafeteira. Todas as vezes que houvesse uma crítica, é um dever moral meu, agora é muito cômodo V. Ex.^a chegar aqui e dizer que não era, deputado. Não, V. Ex.^a tem a obrigação de responder de onde veio, V. Ex.^a não pode chegar aqui e acusar, apontar dedo para todo mundo e não responder os questionamentos feitos sobre V. Ex.^a, sobre o seu passado, sobre os seus parentes, sobre a administração de que V. Ex.^a fez parte mesmo que indiretamente. Tudo na vida tem ônus e bônus, então as pessoas têm que entender que precisam assumir isso. Não adianta fazer teatrinho aqui em cima, pois há uma história, chegou em cima de um sistema e tem que responder por isso. Mas, deputado Edilázio, só voltando. Nós sabemos que são problemas que vêm se acumulando e seria até maldade eu achar que algum governador não quis fazer? Não, é porque é um problema realmente de difícil solução. Eu acho que neste momento e nesta composição da Assembleia, a gente poderia, independente de debates, pode algum dia ser mais acirrado, mais quente, mas eu acho que é importante que a gente levante e deixe em destaque esse assunto, deputado Edilázio, porque ele estando em destaque, ele, consequentemente, tem uma maior preocupação, desperta uma maior preocupação do governo. Eu tenho certeza de que com a colaboração de V. Ex.^a que não se furta a votar projetos que considera positivo para população, tenho certeza de que nas novas ações, V. Ex.^a com o tempo irá reconhecer a nova direção, o novo comando da secretaria de Segurança e do Governo do Estado do Maranhão. Senhor Presidente, era o que eu tinha dizer, muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Tempo dos Partidos ou Blocos. Bloco Parlamentar Democrático, por 6 minutos. Partido Verde. Com a palavra, o deputado Edilázio, por 6 minutos, com direito a apertes.

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR (sem revisão do orador) - Bom dia, senhor presidente, deputados, deputadas, galeria, imprensa, servidores desta Casa, telespectadores da TV Assembleia. Senhor presidente, ontem foi um dia de muitas homenagens aqui nesta tribuna ao jornalista e colunista esportivo Herbert Fontenele. Desta tribuna, ontem eu ouvi o deputado Alexandre Almeida falar e ver de que forma nós poderíamos homenagear o nosso querido Herbert Fontenele. Vi também o deputado Sérgio Frota na tribuna, em aparte ao deputado Eduardo Braide, também falar que esta Casa deveria ver alguma forma de homenagear o Herbert Fontenele. E eu pensando e conversando, conversei também com alguns colegas jornalistas, entre eles o jornalista Jorge Aragão, e ainda ontem no velório, no Estádio Castelão, eu conversei com Tércio Dominice, com Zeca Soares, com vários cronistas também. Por sugestão deles, a gente debatendo achou por justiça colocar o nome no Estádio Castelão de Herbert Fontenele. Assim, deputado Othelino, ainda ontem eu protocolei uma indicação, nesta Casa, para que o Estádio Castelão passasse a se chamar Herbert Fontenele. Nada mais justo do que essa homenagem a esse grande maranhense de coração, pois era piauiense de nascimento, que deixa todo um legado em nosso estado, na Rádio AM do nosso estado, uma vez que ele participou da época da construção do estádio, passou quase que toda a sua vida, depois de o estádio inaugurado, ali naquelas dependências ou no campo entrevistando os jogadores, ou nas cabines de rádio. Ainda ontem passou os últimos minutos, as últimas horas em terra aqui, o seu corpo sendo velado no Estádio Castelão. E aí vão me perguntar: mas, deputado Edilázio, tem como mudar o nome Castelão? Claro que não. O popular sempre vai ser o nome Castelão, como é o Maracanã, que o nome do Estádio do Maracanã é Mário Filho, como é o nosso Aeroporto do Tirirical, mas tem um nome que é Aeroporto Cunha Machado. A mesma forma como tem o Ginásio Castelinho, quer dizer, todos nós, deputada Andréa, quando falamos: tu vais a um jogo de basquete, onde vai ser? No Ginásio Castelinho. Competição de judô, no ginásio Castelinho. Enfim, mas o nome do ginásio é Georgiana Filha. Então, o nome popular, eu creio eu que não tem como se retirar isso, e não querendo desmerecer de forma alguma o ex-governador e ex-prefeito de nossa capital e hoje deputado federal, que talvez na época foi um dos grandes governadores que passaram pelo nosso estado e a população lhe rendeu essa homenagem em chamar o Estádio de Castelão, pela sua grandiosidade na época, e ainda hoje é um estádio de grande porte. Mas colocaram o nome, o nome de fantasia seria Castelão, que isso ninguém vai tirar, mas o nome, vamos falar assim, a pessoa jurídica, o nome do estádio, acho que por justiça deve ser Herbert Fontenele. E fiz essa indicação, deputado Othelino, e peço aqui que a indicação não do deputado Edilázio, espero que a indicação seja desta Casa, que todos os colegas, deputado Sousa, que queiram compartilhar, que queiram assinar essa indicação ao governador Flávio Dino façam que serão muito bem-vindos, principalmente os deputados que tenham laço mais estreito com o próprio governador, para que renda essa homenagem a esse grande jornalista.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Deputado Edilázio, me conceda um aparte?

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR - Concedo o aparte ao deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA - Deputado Edilázio, também me conceda um aparte após o deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) - Deputado Edilázio, eu acho que a sua indicação é pertinente e começo dizendo que não é nenhum tipo de demérito à história do ex-governador



Castelo. Muito embora eu tenha na última eleição de prefeito tido posições diferentes das dele, mas temos que reconhecer que o ex-governador Castelo de fato é um político marcante na história do Maranhão, fez um governo realizador, tem obras que ficaram. Estão aí e todos conhecem: ITALUÍS, Castelão, Maiobão, Cidade Operária, Hospital do IPEM - Carlos Macieira, enfim, diversas virtudes em especial falando do seu governo. Agora o carinho fica. O Castelão como V. Ex.^a disse, continuará Castelão, mas acho que a homenagem ao Fontenele, colocando o nome dele no Castelão, é realmente muito justa, porque o Fontenele dedicou a vida ao esporte, ao futebol, passou diversas horas ali naquele estádio comentando futebol. Então eu quero cumprimentá-lo pela iniciativa e dizer que vou assinar ou subscrever a sua indicação.

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR – Obrigado, tenho certeza de que vai ser uma grande força a sua assinatura aí para o nosso governador atender. Mas sei que ele é boliviano, também pode ser uma justa homenagem, e creio eu que, independente de querelas políticas, ele vai sim e, se possível for, fazer essa honraria à família do Herbert Fontenele. Deputado Roberto Costa.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (aparte) - Deputado Edilázio eu também quero participar juntamente com o deputado Othelino e com o senhor nesse sentido também de apoiar essa sua indicação. Eu acho que é uma indicação extremamente justa. Eu acho que o deputado Othelino foi muito feliz quando fala em relação ao ex-governador João Castelo. Acho que a sua atitude em nenhum momento passa no sentido de qualquer questão ao ex-governador, mas acima de tudo, além de reconhecer o trabalho do governador Castelo, a sua participação também pelo povo do Maranhão, pelo nosso Estado, isso aí é uma coisa independente das questões políticas, isso é uma coisa que já está marcada na história do Maranhão. Agora eu acho que esta homenagem que se faz ao Fontenele é extremamente justa. Toda a sua vida foi ligada ao esporte mesmo, inclusive não tendo nascido no Maranhão, mas toda a sua vida foi construída dentro do nosso estado. Inclusive o momento mais difícil da família do Fontenele está sendo marcada nesses dois momentos, o seu velório sendo feito no Estádio Castelão. Então isso marca na verdade e dá um direito para que a gente possa conduzir no sentido de fazer essa homenagem, que não é apenas ao Fontenele, mas eu acho que é o esporte do Maranhão, porque homenagear o Fontenele hoje é homenagear todos os esportistas, as pessoas que deram alguma contribuição para o fortalecimento do nosso esporte. Então eu quero parabenizá-lo pela sua indicação, eu acho que tem uma indicação que tem o apoio com certeza desta Casa, mas acima de tudo tem também o apoio de todo o povo do Maranhão, porque o Fontenele representou para o nosso estado uma figura que deu a sua contribuição em vida para o fortalecimento do nosso esporte. Parabéns.

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR – Obrigado, deputado Roberto.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Edilázio, um minuto para V. Ex.^a concluir o seu tempo. Não pode dar mais apartes, o seu tempo já foi encerrado e já ultrapassou dois minutos.

O SENHOR DEPUTADO EDILÁZIO JÚNIOR – Eu queria agradecer ao deputado Roberto Costa, sei que teve um laço estreito também com o Fontenele, peço aos colegas dessa Casa que queiram subscrever esta Indicação. Creio eu que o próprio ex-governador João Castelo não vai criar nenhum problema por isso, até porque a própria Constituição Estadual, Constituição Federal, a Medida Provisória que o Governador Flávio Dino fez em seu 1º dia de mandato veda nome de logradouro público de pessoas vivas. Então, creio eu que o próprio João Castelo sabe que o nome dele está eternizado pelas grandes obras, inclusive o próprio Castelão, o nome dele vai continuar, pois o popular,

creio eu, não vai deixar nunca de ser Castelão, mas nós poderíamos, sim, render uma homenagem e passar a ter o Estádio Castelão ter o nome do nosso querido Fontenele. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR DEPUTADO ADRIANO SARNEY – Senhor Presidente, gostaria de utilizar o Tempo da Liderança do Partido Verde, deputado Adriano Sarney.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Adriano Sarney, por cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO ADRIANO SARNEY (sem revisão do orador) – Bom dia, Senhor Presidente, deputados, deputadas, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, internautas, amigos da galeria, funcionários desta Casa. Muito bom dia. Senhoras e senhores, eu, hoje, esta semana estou muito light, não ia nem subir à tribuna, mas hoje fui forçado a vir aqui e já que estou aqui quero falar da violência do nosso Estado. O governador Flávio Dino, no final do ano passado, disse a seguinte frase no programa Roda Viva, em rede nacional de televisão: “o Governo do Estado vai controlar a Segurança Pública, a partir do dia 1º de janeiro de 2015”. Muito bem, é muita responsabilidade do governador falar que vai controlar a Segurança do Estado, a partir do dia 1º de janeiro de 2015. Aqui, nessa entrevista, ele não falou do passado, ele falou o que ele ia fazer, a mesma conversa surrada que foi falada durante toda campanha de governador. Mas o governador falou justamente o que ele não está conseguindo cumprir, continuam os assaltos a Bancos, piorou, fugas em Pedrinhas, e em outros Presídios do Interior, explosão a Bancos, assalto a ônibus, assassinatos e até chacinas. E aí eu fico muito triste infelizmente de falar e de vir até aqui para falar de uma modalidade nova, existiam as chacinas, que é uma modalidade nova aqui no Maranhão, principalmente, em Panaquatira, mas agora o que estamos observando no Coroadinho, e agora vou aqui denunciar o que está acontecendo também na Cidade Olímpica, é a força de um poder paralelo que está se instalando no Maranhão e em São Luís. Poder paralelo de facções que estão amedrontando toda uma população, todo um bairro, pessoas saindo de suas próprias casas, comerciantes sendo assassinados por facções criminosas e o governador que prometeu que iria controlar a segurança pública no dia 1º de janeiro, está perdido em sua própria incompetência. Fiz uma campanha aqui nesta Casa cobrando a Força Nacional, fui derrotado. O governador ontem num programa de rádio disse que a Força Nacional já estava aqui. É mentira, a Força Nacional está aqui com sua Polícia Judiciária, não é isso que queremos. Já subir inúmeras vezes nesta tribuna, assim como outros deputados e já falamos o que queremos é a Força Nacional com policiamento ostensivo nas ruas da capital, é isso que queremos. Por que o governador não solicita a Força Nacional para o Coroadinho? Por que o governador não solicita a Força Nacional para a Cidade Olímpica que está acontecendo a mesma coisa? Moradores da Cidade Olímpica estão e já me denunciaram isto, sendo expulsos de suas casas por facções criminosas em São Luís do Maranhão. Um problema grave que eu quero denunciar aqui nesta tribuna e quero uma atitude, se possível dos deputados da Comissão de Segurança desta Casa, que examinem e que chamem a população para saber o que está acontecendo na nossa capital. O poder paralelo da capital está tomando conta e enquanto o governador não quer solicitar a Força Nacional para a segurança pública. A nossa polícia vem fazendo um excelente trabalho, para finalizar, senhor Presidente, vem sendo guerreiros nesta luta contra a bandidagem, vem sendo guerreiros, repito mais uma vez, mas como o próprio Governador e o próprio segurança disse, a nossa força policial não é o bastante. Precisamos de apoio, precisamos de reforço federal a custo zero para o governo estadual. Não chama porque não quer ou por que será como o vice-líder do governo falou aqui outro dia? Porque é o deputado Adriano Sarney que está pedindo, porque se fosse outro, de repente a Força Nacional já estaria aí, porque é um ato de responsabilidade pedir apoio em um



Estado em que o Poder paralelo está reinando. Para rapidamente responder a um argumento aqui do deputado Rogério Cafeteira, líder do governo, quero dizer que eu não vou cair na armadilha dos governistas desta Casa que querem me prender a uma defesa do passado. Sabe por que os governistas querem me prender a uma defesa do passado? Para eu não questionar o futuro e o presente. Eu estou aqui, primeira vez deputado estadual, e se eu fosse governo, estaria no governo, mas sou Oposição e o meu dever é fiscalizar o Governo. O que os deputados governistas querem? Que a cada vez que eu suba a esta tribuna e critique, e fale do governo atual, eles querem me anular falando do passado, mas eu fui eleito pelos próximos quatro anos, eu fui eleito para trabalhar pelo futuro e pelo presente do Maranhão, eu não fui eleito para defender o passado. Eu fui eleito para trabalhar pelo futuro e é por isso que estou aqui. Se eu fosse deputado na sessão passada, teria alguma coisa para falar da minha atuação passada como deputado. Agora, fui eleito deputado agora, eu estou para trabalhar para o futuro, não vão conseguir me anular e não vão conseguir calar a minha voz, porque estou aqui com responsabilidade para trabalhar pelo povo do Maranhão e nada mais do que isso. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Bloco Parlamentar Unido Pelo Maranhão. Deputado Braide, vai usar o tempo?

O SENHOR DEPUTADO EDUARDO BRAIDE - Senhor Presidente, deputado Othelino Neto por 10 minutos; Deduado Braide por 5; Marco Aurélio por 5 e Rafael por 10 minutos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - deputado Othelino Neto.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (sem revisão do orador) – Senhor Presidente, desde o fim de semana, na sessão de segunda-feira, não foi possível nem na terça, mas me chamou atenção com muita alegria e hoje eu quero fazer referência a isso, esse novo momento que a cidade de São Luís vive. Fiquei relamente muito feliz em ver o arraial, os festejos juninos de São Luís serem inaugurados, numa realização conjunta da prefeitura de São Luís com o Governo do Estado. Fiquei também muito satisfeito em ver sendo iniciadas obras de recuperação asfáltica em diversas áreas de São Luís. Nesse primeiro momento, na região Itaqui-Bacanga, que está precisando de fato de uma intervenção rápida e urgente. E marcante mesmo, até fez referência aqui o deputado Marco Aurélio, o Governador saindo da prefeitura caminhando até o palácio ou vice-versa. Isso tem um emblema, é o fim, deputado Levi, da sabotagem à capital maranhense. São o Prefeito da cidade e o Governador do Estado trabalhando pela população de São Luís. Isso de fato é razão de muita alegria, porque a prefeitura de São Luís passou muitos anos sendo sabotada de forma vil, de forma politiquêira, simplesmente porque o prefeito não aceitou curvar-se ao mandonismo do grupo que tinha e governava ou desgovernava o Maranhão até o final do ano passado. Então essas obras somadas, o esforço do Prefeito, agora com a contribuição valiosos do Governo do Estado, quem será o beneficiado maior disso? Seremos nós? Eu, deputado Edvaldo, deputado Eduardo, deputado Levi, deputado Fernando, o deputado Roberto? Não. Serão os mais de um milhão de habitantes da cidade de São Luís que precisam disso, a prefeitura, o governo do Estado e governo federal trabalhando por esta cidade. Então, realmente é razão de muita alegria ver essa soma de esforços, que mostra que dessa vez agora nós temos um governador, de 1º de janeiro para cá, que de fato está preocupado com a cidade de São Luís. Porque antes era interessante, uma cidadezinha de dez mil habitantes, deputado Edivaldo, recebia milhões do governo do Estado, mas a Prefeitura de São Luís não podia. Qual o pecado do prefeito Edivaldo Holanda? Não foi lá baixar a cabeça para a política do então governo. Então, realmente é um novo momento que o estado vive.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA - Permita um aparte, deputado?

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Pois não, deputado Edivaldo.

O SENHOR DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA (aparte) – Quero parabenizar V. Exa. por este pronunciamento, embora ainda no início. E eu sei que V. Exa. vai tratar também de outros temas na tribuna. Mas dizer a V. Exa. que eu sempre fui um político de São Luís. Eu milito nesta cidade há muitos anos, desde vereador na Câmara de São Luís, passando por deputado estadual, federal, sempre trabalhando aqui nesta cidade. Eu vi durante, a campanha que fiz aqui bairro a bairro, a esperança do povo desta cidade, a alegria, a expectativa quanto à eleição do Governador Flávio Dino, porque a cidade sabia que ele iria estender a mão a essa capital e ao prefeito jovem, que tanto foi discriminado nos dois primeiros anos do seu governo. Então, o povo festeja hoje esse apoio, o povo festeja esse dar de mãos do Governo do Estado e da Prefeitura de São Luís, porque é uma coisa espontânea, porque é uma coisa natural entre o Governador Flávio Dino e o Prefeito de São Luís, Edivaldo Júnior. É algo assim muito espontâneo e ao gosto do povo de São Luís. Eu dizia, ontem ou antes de ontem nesta Casa, que esse gesto do Governador tem contrariado muitos políticos neste estado e nesta Casa, inclusive na cidade de São Luís, porque sentem que daí surge um reforço da expectativa da mudança não só na capital, mas em todo o estado do Maranhão, esse fazer política diferente. Esse modo de fazer política é um Governador que sai de pé caminhando para o palácio e para o passo municipal e volta de lá caminhando para o palácio do Estado. Então, isto é mudança, a mudança começa, deputado Othelino, pela mentalidade dos governantes, mentalidade jovem, mentalidade aberta e diferente e que busca o bem estar da população. Então, eu me congratulo com o pronunciamento de V.Exa., pelo menos esse início que V.Exa. faz. Peço desculpas por ter interrompido o pronunciamento, logo no início, mas quero dar meus parabéns pela sua palavra, nesta manhã, na tribuna desta Casa.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Agradeço o aparte, deputado Edivaldo, suas palavras só engrandecem essa intervenção, e continuando, não só essas obras que serão muitas de pavimentação, mas as intervenções de mobilidade urbana, as avenidas interbairros que vão facilitar e vão diminuir o problema dos congestionamentos, as parcerias que se estendem não só na área de infraestrutura urbana, de mobilidade urbana, mas também na rede pública de saúde que, evidentemente, está longe de ser o que nós queremos, mas quando se juntam os poderes começa a se ter uma perspectiva de melhoras, mais rapidamente, enfim, São Luís, diferente do que disse o ex-senador Sarney, deputado Edivaldo, que num artigo magoado, como tem sido os artigos que ele tem publicado ultimamente, o ex-senador Sarney disse que São Luís entrou no mês de junho mais triste, eu vejo diferente, acho que São Luís vive um momento ainda com muitos problemas, mas bom ver que começam a surgir medidas concretas, digo, começam a surgir, quando me refiro às parcerias, a não ser um esforço isolado do prefeito, mas agora uma forma articulada com o governo para que a população de São Luís possa ter o quanto mais de intervenções do poder público, mas aí quando eu falo desse mau humor do ex-senador Sarney, eu me lembro que uma vez conversava com um político, lá na cidade de Pinheiro, deputado Fernando Furtado...

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO FURTADO – Deputado, permita-me um aparte?

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Concedo já. E ele me disse o seguinte: quando eu sugeria que ele fosse candidato a prefeito, em 2012, que ele avaliasse a possibilidade de ser candidato, nós estávamos naquela época ainda tentando fazer uma conjunção de forças e ele disse para mim assim: Othelino, um político precisa entender



que a política ela abre portas em momentos distintos, ela abre a porta de entrada e também ela abre porta de saída. E esse político me disse: para mim, a política já abriu a porta de saída. Eu entendi o recado e vim cuidar da vida. O ex-senador Sarney não conseguiu entender que a porta de saída foi aberta e fica numa postura que, na verdade, conspira contra a própria militância política dele de mais de 50 anos e eu nem vou fazer o julgamento do que representou essa trajetória, porque isso a sociedade maranhense já sabe. Mas até para não atentar contra a sua longa e importante carreira política, ele deveria ter compreendido o recado das urnas, o recado da sociedade, ir para casa, virar um observador da política, participar da política como um cidadão e não como um político rancoroso que perdeu o mando e agora fica distribuindo palavras cheias de ódio no seu jornal. Já passou a ser conhecido, deputado Edison, o ex-senador Sarney, lá em Brasília, já começou a virar um pouco, já começou a haver comentários irônicos, porque ele vai aqui reclama do Flávio Dino, vai ali reclama do Flávio Dino, vai aqui pede um empreguinho, vai ali... Tem que respeitar a sua própria trajetória, e aqui não é uma palavra com nenhum tipo de rancor, mesmo discordando, mesmo tento muita consciência do produto que representou esses longos 50 anos do ex-senador Sarney na política, reconheço que é uma trajetória importante, foi Presidente da República, Presidente do Congresso, então ele próprio precisa, em respeito a sua história, entender que a sociedade mostrou o caminho da saída da política. E aí, ao invés de ficar com grosserias, com palavras tristes escritas no seu próprio jornal, podia apostar numa nova geração, e tentar um pouco de redenção e dizer assim: eu cometi erros e agora eu vou prestigiar essa nova geração que está surgindo para mudar o Maranhão.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO FURTADO – Deputado Othelino, me conceda um aparte?

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Othelino, o seu tempo já passou dois minutos.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Só o aparte do deputado Fernando e eu encerro, Senhor Presidente.

O SENHOR DEPUTADO FERNANDO FURTADO (aparte) – Eu quero parabenizar pelo belo discurso que V. Ex.^a está fazendo e queria aqui me somar a V. Ex.^a de forma que a gente possa contribuir vendo, por exemplo, as mudanças que estão acontecendo. Eu viajo quase todo o final de semana e encontro as pessoas de diversos setores da sociedade e que só parabenizam, até quem era meu adversário, ou seja, me encontraram esse final de semana e me disseram: Deputado Fernando, eu estou muito satisfeita, uma professora, porque eu estou vendo que esse Governo é um Governo realmente diferente, é um Governo que está contemplando a sociedade como um todo, com aquilo que foi negado no passado. Na verdade, o governo passado era só aliados, eram só aqueles grupinhos, era só para fazer política para ganhar de novo e hoje se vê que a prática é totalmente diferente. O prefeito Edivaldo Holanda, se anda na cidade e vê o trabalho que está sendo feito e a rapidez como está sendo feito a limpeza, a pintura, com essa grande parceria com o Estado e uma coisa que achei interessante, eu tenho visto os trabalhadores, que na rua, todos usando equipamentos, EPIs para não se machucar, proteção com os carros que estão passando. Então, a gente percebe que é um trabalho com responsabilidade e aí é preciso que os nossos colegas opositores vejam isso, tem que ter. Eu fiquei até outro dia observando que nas áreas mais nobres da cidade foram as primeiras áreas que foram contempladas e estão reclamando, sempre estão reclamando. É importante, que a gente tem que agradecer a essa parceria, porque dessa forma que nós iremos mostrar como nós iremos mudar o Estado do Maranhão para nosso povo.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO - Muito obrigado, pelo aparte deputado Fernando. Finalizo, Senhor Presidente, fazendo referência ao deputado Adriano, concordo com ele. Nós estamos à disposição para discutir o presente e para projetar o futuro, contudo não vamos arredar de discutir o passado. Não podemos discutir o presente e o futuro sem considerar o passado. Qualquer discussão do presente, deste governo, das coisas do governo, estamos à disposição para fazê-lo.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Marco Aurélio, cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO PROFESSOR MARCO AURÉLIO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, deputados, deputadas, membros da imprensa, galeria e povo que acompanha a transmissão da sessão. Quero destacar algumas obras que estão em andamento e pautando o ritmo que a Secretaria Estadual de infraestrutura, através do seu representante, o Secretário Cleiton Noletto, tem conseguido pautar dessas obras da região Tocantina. Eu digo isso porque às vezes nem todos têm conhecimento do que está sendo feito na região Tocantina, as obras de infraestrutura, e, sobretudo, do cronograma físico. E desde que o governo iniciou a primeira obra que o governo do Estado acionou em infraestrutura foi em Imperatriz, que foi o Programa Mais Asfalto, que levou e já foram concluídos 18 km em vias urbanas da nossa grande Imperatriz. Mas várias estradas da região, a exemplo, a estrada do Arroz que estava paralisada a obra, o Governo refez o projeto, reativou essa obra, começando por comunidades que tinham insatisfações muito grandes, a exemplo, a comunidade Olho D'Água dos Martins. E o asfalto já passou lá nessa comunidade e vai seguindo, e seguindo muito bem. A MA-280, que liga Ribeirãozinho ou Governador Edison Lobão até Montes Altos, já foi concluída, e já nos próximos dias vai dar seguimento de Sítio Novo até o posto Santana. Já está sendo concluído esse planejamento e já vai entrar com essa segunda parte na MA-280, fazendo um corredor de tráfego, de escoamento da produção muito importante ali na nossa região Tocantina. A MA-125, senhores e senhoras, que liga a BR-010 até São Pedro da Água Branca, que integra com o Pará, já está em pleno andamento. As obras já seguem com firmeza, sem interrupção e já chegou à cidade de Cidelândia. Já está ali passando no perímetro urbano da Cidelândia, cidade que é beneficiada, bem como a cidade Vila Nova dos Martírios. Vai chegar até São Pedro da Água Branca uma obra importantíssima para a região, para os moradores e também do ponto de vista do fortalecimento econômico. Isso porque a MA-125 é um corredor importante da produção da empresa Suzano. A empresa Suzano Papel e Celulose utiliza esse perímetro para escoar toda a produção de eucalipto para levar para a produção industrial. Isso é muito importante. A MA-125 foi um investimento de cerca de dois milhões de reais, e 122 km ao todo serão recuperados. Esta MA estava numa situação crítica e agora já mais da metade foi recuperada e agora até o final de julho já se conclui todo esse planejamento de recuperação da MA-125. Destacar também a importância do Programa Mais Asfalto, que já contemplou Imperatriz, que já foi anunciado pelo próprio Governador Flávio Dino 10km de asfalto em Açailândia. Ainda ontem estive com o Secretário Estadual de Infraestrutura, Kleiton Noletto, e com o Prefeito Juscelino, e já estão sendo planejadas as últimas definições para iniciar esta recuperação de 10km de vias urbanas através do Programa Mais Asfalto na grande cidade de Açailândia. Então, são obras importantes de infraestrutura em que a gente percebe o ritmo até antes que não se tinha. E é bom destacar, porque às vezes fala “ah! Está sendo feita a MA-125”. Às vezes alguém que não conhece a região, às vezes alguém que não tem essa dimensão da importância dessa MA, os municípios que ela consegue atender, da importância econômica, social e geográfica, seja da MA-125, seja da MA-280. Dias atrás estive em Montes Altos e vi a alegria daquele povo, os estudantes que vão todos os dias para faculdade em Imperatriz, as pessoas que têm negócio em Imperatriz, os de Imperatriz que trabalham em Montes Altos, enfim, ficou muito



mais fácil a vida. É a presença do Estado com ações efetivas que resgatam essa dignidade e trazem respeito ao povo. Muito obrigado, Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputado Levi Pontes, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO DR. LEVI PONTES (sem revisão do orador) - Excelentíssimo Senhor Presidente da Casa, demais deputados e deputadas, imprensa, galeria, TV Assembleia. Subo a esta tribuna, após ouvir atentamente as palavras do ilustre deputado Adriano Sarney, que no auge de sua competência dos seus pronunciamentos, a quem eu respeito muito. Quero dizer ao deputado que o Governo, nem os governistas sonham ou pensam em calar a Oposição. É de fundamental importância para o Estado de Direito Democrático, em que nós vivemos neste país, que as Oposições, hoje aqui minoria, possam se manifestar, dar as suas opiniões, contribuir para uma melhoria na administração das causas públicas. O que nós, deputados do Governo, nem o Governador do Estado do Maranhão, vai abdicar de um direito que o povo lhe deu, outorgou esse direito ao senhor Flávio Dino, com mais de 64% dos votos. O direito de governar, de mostrar para a população do estado do Maranhão que ele é de fato e de direito o nosso Governador. Esse papel é que não vamos abrir mão, mas vamos sim respeitar o direito da Oposição. Então, o deputado Adriano Sarney pode ter absoluta convicção, de que o período de eleição já acabou. Agora que ele é deputado é que é a hora mesmo de opinar, de falar, de discursar. Não apenas para uma comunicação midiática, para sair nos jornais e nos blogs, mas ajudando esse processo que hora se inicia no Maranhão; e respeitando, acima de tudo, a cultura do nosso povo, porque não se tem cultura sem estarmos baseado em um passado tão triste como foi o nosso aqui no estado do Maranhão. Então, quero ressaltar ao nobre deputado que quando o Governador falou que ia ter o controle do Estado, da segurança, dos presídios, porque até decapitação existia dentro do único presídio do Maranhão. Isso hoje não existe mais, porque todos são sabedores que alguém botou na cabeça do nosso deputado que vai acabar o problema da segurança pública no Maranhão e no Brasil colocando as Forças Especiais, a Força Nacional de Segurança. E todos nós deputados, todos nós sabemos que não se resolve o problema de segurança pública só aumentando o contingente policial ou trazendo uma Força Federal para o Estado do Maranhão. Isso não há mais o que se discutir, o que tem que se discutir é trazer a este plenário projetos, atitudes propositivas que possam enriquecer esse plenário, a Casa, para que possamos encontrar uma solução viável para o problema de segurança pública que aflige todos nós. Muito obrigado. Senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Rafael Leitao, dez minutos.

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA (sem revisão do orador) – Bom dia, senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, galeria, imprensa, servidores desta Casa. Senhor Presidente, o que me traz a esta tribuna é para a gente ressaltar mais uma vez e com muita satisfação e alegria; primeiro agradecer a V.Exa. por ter cedido também o espaço da entrada do rol da Assembleia Legislativa para que o Instituto Jackson Lago pudesse realizar a mostra “A vida é combate”, que mostra a trajetória de vida pública do nosso saudoso governador Jackson Lago, desde a época de estudante até o dia de falecimento do Governador Jackson. Mostra também grandes realizações, tanto como prefeito de São Luís, como Governador do Estado do Maranhão, e isso em diversas cidades, como Timon, com a construção do Centro da Juventude, como a implantação de diversos sistemas de abastecimento de água, como a ponte em Imperatriz, o Hospital Regional de Presidente Dutra, a estrada de Turicumã, se não me engano, se não me falha a memória. E mostra principalmente a alegria e a disposição de fazer política. Uma vida construída em cima da moralidade, em cima da

ética, e infelizmente o momento mais trágico de sua vida política foi o momento em que o Poder Judiciário depôs no caso do governador do estado em uma fatídica sessão que o povo maranhense precisa e merece esquecer. Mas não podemos esquecer porque isso faz parte da história de como o Maranhão ficou reconhecido mais uma vez, país afora, até porque ainda hoje, quando a gente sai deste Estado e colocam aquele episódio, nós somos lembrados negativamente porque foi a vontade popular tirada naquele dia. De qualquer forma, senhores deputados, 40 anos de militância sem ter um poderio mediático, usando apenas a palavra e as ações, construindo com muito suor, não podem ser jogados em vão, eles têm que ser enaltecidos, reconhecidos e colocados na memória do povo do Maranhão. Jackson não conseguiu isso sozinho, obviamente. Diversos companheiros militantes e simpatizantes sempre agregaram a sua causa. Como alguns que já se foram, outros ainda estão presentes. Nós, como deputados recentes, como o deputado Fábio Macedo, deputada Valéria Macedo que está no segundo mandato, enfim, aprendemos a militar no Partido Democrático Trabalhista e temos hoje a honra de contar com o presidente da Assembleia nos quadros do nosso partido. Aprendi a fazer política nesse partido, com os ideais trabalhistas, de educação de tempo integral e principalmente a valorização do trabalho. O nosso partido tem contribuído muito com este estado durante muito tempo e contribuimos hoje de maneira muito salutar no governo Flávio Dino, governo eleito por ampla maioria da população maranhense, governo que já apresenta índices exitosos e que com certeza entregará um Maranhão muito diferente do que recebeu.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO – Deputado, V. Exª me permite um aparte?

O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA - Um aparte concedido ao deputado Othelino.

O SENHOR DEPUTADO OTHELINO NETO (aparte) – Muito pertinente o seu pronunciamento. Há coisas na nossa história que precisam ser sempre lembradas e referenciadas, eu até já fiz comentários sobre a importância de nós não deixarmos de enfatizar passagens positivas da história. A vida de Dr. Jackson de fato merece ser contada para que as novas gerações conheçam a história de luta deste grande líder popular. O doutor Jackson era um médico conceituado, professor universitário que passou a se dedicar à política, e era um militante aguerrido, respeitoso, um homem de hábito simples, de uma geração de políticos idealistas, muitos desses inclusive foram seus companheiros e do Dr. Jackson e fundadores do PDT, como Neiva Moreira, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, além de outros homens que fizeram a boa história da política brasileira. O Dr. Jackson trilhou cada caminho, foi deputado estadual, não foi eleito deputado federal por uma ironia do destino, porque foi o quinto mais votado, mas o PDT na época, atendendo a sua própria linha ideológica e à coerência política partidária, não coligou. Então ele teve uma expressiva votação, mas não foi eleito. Foi eleito prefeito de São Luís, foi três vezes prefeito desta cidade, foi eleito governador. Naqueles dois anos, apesar de toda a perseguição, ele conseguiu mostrar um jeito diferente de governar, mas infelizmente foi vítima de uma implacável perseguição durante o governo, até que conseguiram tirá-lo do mandato popular numa conspiração que envergonha a República, num dos momentos mais tristes da história do Judiciário brasileiro, que foi a cassação do doutor Jackson Lago pelo TSE, quando quatro homens desfizeram a vontade de mais de um milhão de maranhenses. Mas, enfim, ele, Jackson Lago, ficou para a história como um homem de bem, como um homem das boas causas. Infelizmente nos deixou mais cedo, vítima de complicações de um câncer. Se não tivesse sido tão dedicado à causa do Maranhão, talvez pudesse até ter cuidado mais da sua própria vida. Mas fica realmente o emblema do homem de luta que vai ficar por gerações e gerações sendo lembrado pelos maranhenses.



O SENHOR DEPUTADO RAFAEL LEITOA - Agradeço o aparte, deputado Othelino. Eu não poderia também deixar de registrar algumas obras importantes que estão marcadas na vida das pessoas até hoje como a questão do Rio Anil, aquele conjunto habitacional que o doutor Jackson construiu em tão pouco tempo. Também a idealização dos hospitais macrorregionais, que agora o governador Flávio Dino também está a reimplantar, porque assim a gente vai conseguir fazer uma saúde de qualidade a contento. A questão do turismo, a Rota das Emoções, as questões do serrado, que agora o Governo Federal está colocando com a MATOPI, então, infelizmente, é algo que interrompido. E a gente tem que lembrar, inclusive, deputado Othelino, para que isso não aconteça no estado do Maranhão e em nenhum estado, em nenhuma democracia, como aqui tenta se fazer todo o dia, governar pelo o Governador. O Governador tem praticamente pouco menos de seis meses de governo. Foi eleito para o mandato de quatro anos. Eu tenho certeza absoluta de que os índices que assolam e envergonham o nosso estado no final dos seus mandatos serão outros. E dizer e convidar a todos os deputados, aqueles que puderam participar, pela manhã ou durante a mostra que vai passar durante 15 dias aqui na nossa Casa, que conheça um pouco da história e que desça ao hall da Assembleia e conheça os quadros que estão lá expostos. A Assembleia Legislativa é o segundo lugar em que a feira foi exposta. Ela iniciou lá no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho e, dá Assembleia, irá em julho para Barreirinhas e, provavelmente, em posterior data, para Imperatriz e para o município de Timon. Era isso, senhor Presidente, e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Pela Liderança do PMDB, deputado Roberto Costa, por cinco minutos, sem direito a apartes.

O SENHOR DEPUTADO ROBERTO COSTA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, senhores deputados, galeria, imprensa. Senhor Presidente, eu venho falar de um assunto que foi abordado há pouco pelo nosso querido deputado Othelino, sobre a questão de São Luís. Eu e o deputado Othelino limitamos politicamente há muito tempo aqui em São Luís, tanto na política estudantil, como na política comunitária, e quando vemos essa situação hoje na cidade de São Luís, dessa parceria que existe entre o Governador Flávio Dino com o Prefeito Edivaldo Holanda Júnior, acho que é fundamental e é importante, isso aí sem sombra de dúvidas. Agora nós também não podemos ficar cegos em relação ao papel fundamental que a Governadora Roseana teve para a cidade de São Luís. E eu falo de forma muito tranquila, porque desde o primeiro governo dela eu sempre acompanhei, principalmente, os investimentos que foram feitos dentro da capital. Nós não podemos pensar numa cidade hoje que tem mais de um milhão de habitantes como a cidade São Luís, a capital do nosso estado, sem ver as obras estruturantes que foram feitas não pelos prefeitos, mas principalmente pela participação importante de todos os Governadores. Você pega desde o Governador Castelo, vem pelo Governador Luiz Rocha, vem pelo Governador Lobão, que teve um papel fundamental quando a gente vê, olhamos a nossa litorânea, com o senador João Alberto, a vala da Macaúba, o saneamento do Diamante. E quando começa um grande processo na verdade de mudança que houve na cidade de São Luís, que foi a partir de 95, com a eleição da Governadora Roseana, quando assumiu em 95. Você não pode, hoje se nós fechamos os olhos e olharmos a cidade de São Luís, hoje sem o viaduto da Cohama, o viaduto da Cohab, o viaduto Alcione Nazaré, o viaduto Henrique de La Roque. Se você fechar os olhos e olhar a nossa avenida aqui ao lado da Assembleia, Luis Eduardo Magalhães, olhar São Luís sem a Via Expressa, sem a Quarto Centenário, diga-se de passagem, iniciada pelo Governador Jackson e concluída pela Governadora Roseana. Se nós pensarmos em São Luís e fechamos nossos olhos sem os Vivas que foram feitos nesta cidade: Viva Madre Deus, Viva Anjo da Guarda, Viva Monte Castelo, Cidade Operária. Se fechar os olhos e pensar sem os restaurantes populares, nós vamos ver na verdade que a cidade de

São Luís não existiria como uma cidade desce para se viver. Quando a gente fala a questão de asfaltamento, você vai para o bairro Sá Viana, lembro-me que o gerente metropolitano era o deputado Max Barros, que fez o asfalto no bairro do Sá Viana, no bairro do Anjo da Guarda, da Vila Luizão. Eu disse: a cidade de São Luís seria uma cidade muito ruim para se viver. Isso tudo foi uma parceria da Governadora com a prefeitura de São Luís, pode até não ter acontecido esta parceria, mas com a cidade de São Luís e com a população de São Luís foi feita de forma brilhante. Eu torço para que o Governador Flávio possa nessa parceria com o prefeito Edivaldo Holanda Júnior contemplar a cidade de São Luís com essas obras importantes, mas no nível inclusive que a governadora fez, porque com certeza, Senhor Presidente, a nossa cidade ganhará muito com isso, a nossa população ganhará muito com isso. Agora, nós precisamos destacar, se houve um prefeito nessa cidade que tenha trabalhado por essa cidade, esse prefeito chama-se governadora Roseana Sarney, por tudo o que ela fez e por tudo o que ela desempenhou. A parceria é importante, como eu disse, são importantíssimas e ela nunca deixou de existir, inclusive São Luís sempre foi uma das prioridades que a governadora sempre teve, o fortalecimento da nossa cultura que renasceu com a presença da governadora. Eu acho que se hoje nós podemos ter um São João elogiado em nível nacional, termos a nossa cultura respeitada, e a cultura, eu não falo só cultura popular, que foi também importante para o fortalecimento da cultura do nosso Estado, foi feito principalmente pela governadora Roseana. Por isso, eu não poderia deixar de destacar e torço, como eu disse, eu tive uma postura de oposição ao antigo prefeito dessa cidade, João Castelo, pela falta de atendimento junto à cidade. Votei no Edivaldo no segundo turno, acho que Edivaldo deve ainda muito para essa cidade, espero que ele consiga, com esta parceria junto ao governador, resolver e melhorar a situação da população, porque o que nós queremos é ver a nossa cidade com uma infraestrutura adequada, que possa, primeiramente, tratar bem a nossa população e depois tratar bem os nossos turistas, porque se uma cidade que não respeita sua população, ela não vai respeitar nem os seus visitantes. Então, eu não poderia destacar na verdade este momento, esse debate em relação a nossa cidade, mas fazer essa reflexão, saber realmente quem foi o grande prefeito ou a grande prefeita nesta capital. Se não foi a governadora Roseana pelas obras fundamentais que ela fez para melhorar a vida da população. Muito obrigado, presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Bloco União Parlamentar. Deputado Júnior Verde, por quatro minutos.

O SENHOR DEPUTADO JÚNIOR VERDE (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a todos mais uma vez bom dia. É importante ressaltar, senhoras e senhores, que ontem realizamos uma reunião nesta Casa através da comissão representativa de deputados pela Frente Parlamentar de Aquicultura e Pesca. Nesta reunião, estávamos reunidos com vários órgãos, entre eles: o SPU, através do superintendente Jorge Pinto, Iterma, Sema e CNPA. Na reunião nós discutimos um tema muito importante para o Maranhão, principalmente para a Baixada, que é a desobstrução da Baixada, dos campos inundados através das cercas que ali são colocadas por criadores de búfalos, entre outros que se dizem proprietários de um bem coletivo, patrimônio que é de todos, que é dos baixadeiros, aqueles que têm direito de ir e vir, mas que infelizmente têm seus direitos cerceados por conta realmente, infelizmente, daqueles que se acham proprietários. Rousseau já disse, com a sua conjuntura filosófica, que quando o homem cercou o seu primeiro pedaço de chão, deputado Vinícius, e disse assim, esse é meu, e tiveram homens tolos suficientes para acreditar que era um deles, estava iniciada a desigualdade entre os homens. Então não podemos deixar que as pessoas percam o direito de ir e vir, deputado Othelino, V. Ex.^a que defende tão bem a Baixada Maranhense. Então nós precisamos unir esforços para retirar as cercas dos campos da Baixada porque aqueles campos são de todos. Nós



precisamos resguardar o direito dos trabalhadores, pescadores, dos estudantes que utilizam. Recentemente, inclusive teve um incidente que, lamentavelmente, resultou em quatro mortes, um barco que ali virou em função de ter batido em uma cerca submersa. Então nós precisamos resolver essa problemática. Esta Casa já fez audiência pública na gestão passada, inclusive o deputado Jota Pinto, que era o presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Preservação da Baixada Maranhense que foi criado por resolução legislativa. E nós estamos resgatando inclusive essa Frente Parlamentar, nós vamos desenvolver uma sistemática em defesa da Baixada Maranhense também, através não só da Frente Parlamentar de Aquicultura e Pesca, mas agora, de forma mais pontual, também defendendo a Baixada Maranhense e o litoral norte maranhense, que foi a Resolução 615. Através dessa resolução, ficou criada a frente parlamentar que nós vamos instalar essa Frente para defender os interesses da Baixada Maranhense. E entre os compromissos firmados na reunião, uma reunião de trabalho, uma reunião técnica, nós acordamos entre os participantes na quinta-feira, próxima quinta-feira, nós vamos consolidar uma outra reunião, já trazendo a SECOM para desenvolver uma campanha, primeiro, de conscientização, mostrar que é crime, deputada Andréa, é crime você se apropriar de uma propriedade, e ter uma propriedade que não é sua, que é o patrimônio do povo desse Estado, que é patrimônio de todos da Baixada Maranhense, é resguardar o direito de vir. Então, nós vamos provocar o Estado para que faça uma campanha, primeiro, de conscientização, e que possamos realmente resolver essa problemática, mas paralelo a esta campanha, por isso que estamos na articulação o ITERMA, SEMA e Secretaria de Estado da Pesca, só finalizando, Senhor Presidente, presença do Senhor Luís Moraes, que é o secretário adjunto, nós vamos realizar essa campanha, mas paralelo vamos unir esforços também junto, por exemplo, com o Batalhão Ambiental, com a SPU, com a própria SEMA, com o poder de polícia de poder retirar, de imediato, as cercas, de desobstruir assim o nossos campos tão plenos de desenvolvimento, para os exercícios das atividades ali, do dia a dia dos nossos trabalhadores da Baixada Maranhense. Então foi uma reunião produtiva, nós temos aqui vários apontamentos que foram discutidos, entre eles vai ficar definido a questão da campanha e entre outros pontos nós vamos também desenvolver a questão da iniciativa, de, in loco, fazer a retirada da junção de esforços do IBAMA, SEMA SPU, ITERMA, e assim dar o resultado necessário que se espera desta Casa enquanto intermediária desse processo tão fundamental em defesa dos trabalhadores maranhenses. Muito obrigado a todos, que Deus abençoe.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Deputado Vinícius Louro, por cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO VINÍCIUS LOURO (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, galeria, jornalistas, telespectadores da TV Assembleia, funcionários deste Poder. Senhor Presidente, o que me traz hoje aqui a esta tribuna é falar que, na última terça-feira, dia 09 de junho, fizemos uma Indicação ao superintendente do DNIT, o senhor Gerardo de Freitas Fernandes, para que seja feita a pavimentação asfáltica da BR-226 nos trechos de Timon a Presidente Dutra. Estrada essa precária, essa estrada ainda tem um trecho muito grande de piçarra, impossibilitando o desenvolvimento daquela região, privando os maranhenses de diminuir distâncias. Nós sabemos, Senhor Presidente, que a BR-226 no trecho de Timon a Presidente Dutra, a sua extensão é de 235 km e para dar a volta de Timon para Presidente Dutra via Peritoró, ela vai se estender a 348 km. Então, nós pedimos ao DNIT, ao superintendente que seja atendida essa indicação, porque o povo daquela região necessita dessa estrada. É uma estrada antiga, é uma estrada que nós, ali do Médio Mearim, o povo ali de Santo Antônio dos Lopes, Presidente Dutra, Barra do Corda, todos que fazem parte ali também da Região dos Cocais, precisam dessa estrada, e é um sonho antigo. Então, foi uma Indicação do deputado Vinícius Louro, a esta Casa, Indicação esta

pedindo o asfaltamento da BR-226. Meu muito obrigado, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - PMDB declina.

VI - EXPEDIENTE FINAL.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO - Deputada Andréa Murad, 10 minutos.

O SENHOR PRESIDENTE DEPUTADO HUMBERTO COUTINHO – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Resumo da Ata da Sexagésima Oitava Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada no dia dezois de junho do ano de dois mil e quinze.

Presidente, Senhor Deputado Humberto Coutinho.
Primeiro Secretário, Senhor Deputado Edilázio Júnior.
Segundo Secretário, Senhor Deputado Carlinhos Florêncio.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os Senhores Deputados: Adriano Sarney, Alexandre Almeida, Ana do Gás, Andrea Murad, Antônio Pereira, Cabo Campos, Carlinhos Florêncio, Cesar Pires, Doutor Levi Pontes, Edilázio Júnior, Edivaldo Holanda, Edson Araújo, Eduardo Braide, Fábio Braga, Fábio Macêdo, Fernando Furtado, Francisca Primo, Glalbert Cutrim, Hemetério Weba, Humberto Coutinho, Josimar de Maranhãozinho, Júnior Verde, Léo Cunha, Othelino Neto, Paulo Neto, Professor Marco Aurélio, Rafael Leitoa, Raimundo Cutrim, Ricardo Rios, Rigo Teles, Roberto Costa, Rogério Cafeteira, Sérgio Frota, Sousa Neto, Stênio Rezende, Valéria Macêdo, Vinícius Louro, Wellington do Curso e Zé Inácio. Ausentes as Senhoras Deputadas Graça Paz, Nina Melo e o Senhor Deputado Max Barros. O Senhor Presidente, Deputado Humberto Coutinho declarou aberta a Sessão determinando a leitura do texto bíblico, do resumo da Ata da Sessão anterior, que foi considerado aprovado e do Expediente, que foi encaminhado à publicação. Em seguida, o Senhor Presidente pediu que todos os presentes se postassem de pé em homenagem póstuma ao Senhor Herbet Fontenele, cronista esportivo do Estado. Concedeu então a palavra aos Deputados Othelino Neto, Edilázio Júnior, Professor Marco Aurélio, Sousa Neto, Glalbert Cutrim, Alexandre Almeida e Rogério Cafeteira. Os Deputados Júnior Verde, Andrea Murad e Paulo Neto foram transferidos para a Sessão Ordinária do dia 17 de junho. Não havendo mais oradores inscritos neste turno dos trabalhos, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Othelino Neto, declarou aberta a Ordem do Dia, anunciando a discussão e votação, em primeiro e segundo turnos o Projeto Lei nº 233/14, de autoria dos Deputados César Pires e Carlinhos Florêncio, que institui o Programa de Adequação Ambiental de Propriedade e Atividade Rural, suspendendo a Sessão para que as Comissões de Justiça; de Meio Ambiente e Comissão de Administração Pública e Seguridade Social e Relações de Trabalho, emitissem o parecer em conjunto. Reabertos os trabalhos, o Presidente da CCJC informou que o referido projeto recebeu parecer favorável das citadas Comissões, com o voto contra do Deputado Adriano Sarney, tendo o Senhor Presidente submetido à deliberação do Plenário o Projeto de Lei nº 233/2014, o qual foi aprovado e encaminhado a Sanção Governamental. O Projeto de Lei nº 096/2015, de autoria da Deputada Graça Paz e o Requerimento nº 289/2015, de autoria da Deputada Nina Melo, foram transferidos para a próxima Sessão Ordinária devido a ausência das respectivas autoras. Em seguida, foram aprovados: Requerimento nº 290/2015, de autoria do Deputado Raimundo Cutrim, encaminhando mensagem de congratulações à



população do Município de São João Batista, pela comemoração de seu 57º (quingagésimo sétimo) aniversário que ocorrerá no dia 14 de junho do corrente ano. Requerimento nº 291/2015, de autoria do Deputado Eduardo Braide, solicitando que seja realizada uma Sessão Solene no dia 1º de outubro do corrente ano, com o objetivo de comemorar o Dia Estadual do Espiritismo, instituído através da Lei nº 9.028, de 30 de setembro de 2009, para ser celebrado anualmente no dia 03 de outubro. Sujeito a deliberação da Mesa Diretora, foram deferidos: Requerimento nº 292/2015, de autoria do Deputado Wellington do Curso, para que seja justificada a sua ausência da Sessão Plenária realizada no dia 11 de junho, data em que teve representando esta Casa em Vitória, Espírito Santo, na UNALE e Requerimento nº 293/2015, de autoria do Deputado Raimundo Cutrim, a Gerente Executiva da ANATEL, Senhora Karine Braga Monteiro, solicitando informações acerca dos serviços prestados pela Operadora CLARO, no Município de Carutapera. Nos termos do art. 113 do Regimento Interno, o Senhor Presidente determinou a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Ordinária do dia 17 de junho, quarta-feira os Requerimentos nº 294, 296, 298, 299 e 300/2015, de autoria do Deputado Othelino Neto, Andréa Murad, Othelino Neto e Júnior Verde, respectivamente. No primeiro horário do Grande Expediente não houve orador inscrito. No horário reservado aos Partidos e Blocos Parlamentares manifestou-se pelo Partido Verde o Deputado Rigo Teles. Pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Maranhão os Deputados Sergio Frota, Carlinhos Florêncio, Valéria Macêdo e o Deputado Fernando Furtado pela Liderança. Pelo Bloco União Parlamentar o Deputado Júnior Verde, Glalbert Cutrim e Vinícius Louro. Pelo PMDB e pela Liderança a Deputada Andrea Murad. Pelo Bloco Parlamentar Democrático o Deputado. No Expediente Final não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada e lavrado o presente Resumo, que lido e considerado aprovado, será devidamente assinado. Plenário Deputado Nagib Haickel, do Palácio Manuel Beckman, em São Luís, 17 de junho do ano de 2015.

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, REALIZADA AOS 16 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, NA SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

PROF. MARCO AURÉLIO – PRESIDENTE
 ROGÉRIO CAFETEIRA
 EDUARDO BRAIDE
 PAULO NETO
 FÁBIO MACÊDO
 RICARDO RIOS
 ANTÔNIO PEREIRA

PAUTA DA REUNIÃO:

PARECER Nº 151/2015 – Emitido PROJETO DE LEI Nº 108/2015 – INSTITUI a Semana Estadual de Combate à Mortalidade Materna e dá outras providências.

AUTORIA: Deputado WELLINGTON DO CURSO
 RELATOR: Deputado PAULO NETO

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 152/2015 – Emitido à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 005/2015 – CRIA o Programa “Bolsa Mamãe Conforto”.

AUTORIA: Deputado JOSIMAR DO MARANHÃOZINHO
 RELATOR: Deputado ROGÉRIO CAFETEIRA

DECISÃO: REJEITADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 157/2015 – Emitido ao PROJETO DE LEI Nº 113/2015 – INTITUI o “Dia Estadual do Delegado de Polícia”, a ser comemorado, anualmente no dia 03 (três) de dezembro de cada ano

AUTORIA: Deputado EDUARDO BRAIDE

RELATOR: Deputado MARCO AURÉLIO

DECISÃO: APROVADO por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 17 de Junho de 2015.

GLACIMAR MELO FERNANDES
 Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, REALIZADA AOS DEZESSEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DE 2015, ÀS OITO HORAS E TRINTA MINUTOS NA SALA DAS COMISSÕES “DEPUTADO LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:

DEPUTADA ANA DO GÁS - PRESIDENTE
 DEPUTADO WELLINGTON DO CURSO
 DEPUTADO FERNANDO FURTADO
 DEPUTADO LÉO CUNHA
 DEPUTADO RAFAEL LEITOA
 DEPUTADO ADRIANO SARNEY

CONTOU DA REUNIÃO A SEGUINTE PAUTA:

PARECER Nº 001/2015 - Emitido ao Projeto de Lei nº 085/2015, QUE estabelece as diretrizes e bases para Programa Estadual de Conscientização, Conservação e Uso Racional da Água.

AUTORIA: Deputado ADRIANO SARNEY

RELATOR: FERNANDO FURTADO

DECISÃO: Parecer favorável, aprovado por unanimidade nos termos do voto do Relator.

PARECER Nº 002/2014 - Emitido ao Projeto de Lei nº 086/2015, QUE estabelece as diretrizes e bases para Programa Estadual de Conscientização, Uso Racional e Economia de Energia Elétrica..

AUTORIA: Deputado ADRIANO SARNEY

RELATOR: WELLINGTON DO CURSO

DECISÃO: Parecer favorável, aprovado por unanimidade nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, em 16 de JUNHO de 2015.

EUNES MARIA BORGES SANTOS
 Secretária da Comissão

RESENHA

RESENHA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SEGURIDADE SOCIAL E RELAÇÕES DO TRABALHO, REALIZADA AOS 17 DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE 2015, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS, NO PLENÁRIO DEPUTADO “GERVÁSIO SANTOS” DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO.

**PRESENTES OS SENHORES DEPUTADOS:**

Prof. MARCOS AURÉLIO- PRESIDENTE
 PAULO NETO
 EDUARDO BRAIDE
 ALEXANDRE ALMEIDA
 FABIO MACEDO
 RICARDO RIOS
 RAFAEL LEITOA (Suplente)
 FÁBIO BRAGA
 RIGO TELES
 ANTONIO PEREIRA
 STÊNIO REZENDE (Suplente)
 FERNANDO FURTADO
 ANDRÉIA MURAD
 ROGÉRIO CAFETEIRA
 EDIVALDO HOLANDA
 VINICIUS LOURO
 JOSIMAR DO MARANHÃOZINHO

PAUTA DA REUNIÃO:

PROJETO DE LEI Nº 123/2015 - que DISPÕE sobre o reajuste dos vencimentos dos Cargos Efetivos dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão.

PARECER: VERBAL

AUTORIA: MESA DIRETORA

RELATOR: Deputado PAULO NETO

DECISÃO: Aprovado por unanimidade, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”
 DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO,
 em 17 de Junho de 2015.

GLACIMAR MELO FERNANDES
 Secretária da CCJC

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
PARECER Nº 156/2015
EM REDAÇÃO FINAL

RELATÓRIO:

O Projeto de Emenda Constitucional nº 004/2015, de autoria do Senhor Deputado Edivaldo Holanda, que Acrescenta à Constituição Estadual o Art. 144-A, instituindo regulamentação constitucional sobre alteração do nome do Município, tendo em vista sua aprovação com emenda modificativa.

Concluída a votação, vem agora a esta Comissão o presente Projeto de Lei a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art.210 do Regimento Interno.

VOTO DO RELATOR:

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a redação final na forma do anexo, que está de acordo com o aprovado.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania votam pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 004/2015, nos termos do voto do relator.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIN”
 em 17 de junho de 2015.

Deputado Marco Aurélio- PRESIDENTE
 Deputado Eduardo Braide - RELATOR
 Deputado Fábio Macêdo

Deputado Alexandre Almeida
 Deputado Rogério Cafeteira
 Deputado Paulo Neto

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 004 /2015

Acrescenta, à Constituição Estadual o Art. 144-A (instituindo regulamentação constitucional sobre alteração do nome de Município).

Art.1º- A Constituição Estadual passa a vigorar acrescida do seguinte art.144-A, com a seguinte redação:

“Artigo 144-A - A denominação do Município poderá ser alterada por lei estadual, observando os seguintes requisitos prévios:

I - resolução da Câmara Municipal, aprovada por, no mínimo, dois terços de seus membros e encaminhada a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa;

II- aprovação da população interessada mediante plebiscito, solicitado pela Assembleia Legislativa ao Tribunal Regional Eleitoral, com manifestação favorável de, no mínimo, mais da metade dos votos válidos, dos eleitores que comparecerem à votação.

III- informação do órgão técnico competente sobre a inexistência de topônimo correlato no Estado ou em outra unidade da federação.

Parágrafo único- sendo o resultado do plebiscito favorável, o órgão competente para realização do plebiscito encaminhará à Assembleia Legislativa para a elaboração da lei estadual mencionada no “caput”.

Art. 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1727/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, sob a forma Presencial, de nº 025/2015-CPL/ALEMA, cujo objeto trata do Registro Formal de Preços para futuras e eventuais aquisições de utensílios de cozinha, cadeiras e mesas plásticas para atender as necessidades da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão. O recebimento e abertura dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentação de Habilitação será em Sessão Pública a ser realizada às **09:30 horas do dia 30 de junho de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção “Licitações”. São Luís, 16 de junho de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2015-CPL/AL. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2205/2015-AL. A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, por meio de sua COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, sob a forma Presencial, de nº 026/2015-CPL/ALEMA, cujo



objeto trata da Contratação dos serviços de empresa especializada na locação de Rádios HT – transceptor portátil, contendo licença e homologação pela ANATEL, com fim de serem utilizados pelo Gabinete Militar da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, em suas atividades diárias. O recebimento e abertura dos envelopes de Proposta de Preços e de Documentação de Habilitação será em Sessão Pública a ser realizada às **09:30 horas do dia 1º de julho de 2015**, na Sala de Licitações da CPL, localizada no térreo do prédio da sede da Assembleia, sito no Palácio Manoel Bequimão, Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Sítio Rangedor, Calhau, nesta Capital. O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na sala da Comissão Permanente de Licitação de 2ª a 6ª feira das 08:00 às 18:00h, onde poderão ser consultados e obtidas cópias gratuitamente. Esclarecimentos adicionais deverão ser protocolados na Comissão Permanente de Licitação, no horário de expediente. O Aviso de Licitação assim como cópia do Edital estarão disponíveis também para consulta, no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, na opção “Licitações”. São Luís, 16 de junho de 2015. CATARINA DELMIRA BOUCINHAS LEAL. Presidente da CPL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão (SINDSALEM) convoca os seus sindicalizados, em dia com as suas obrigações sociais, a participarem da ASSEMBLEIA GERAL DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO, que será realizada

Plenarinho, no dia 22 de junho de 2015 (segunda) às 9 horas, tendo como pauta:

- Informes;
- Prestação de contas; e
- VII Congresso

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 004/2015, DE AUTORIA DO DEPUTADO EDIVALDO HOLANDA – Em 17/06/15

NOME DOS DEPUTADOS	PRESENTES	AUSENTES	SIM	NAO	ABST
ADRIANO SARNEY	X		X		
ALEXANDRE ALMEIDA	X		X		
ANA DO GAS	X		X		
ANDREA MURAD	X		X		
ANTONIO PEREIRA	X		X		
CABO CAMPOS	X		X		
CARLINHOS FLORENCIO		X			
CESAR PIRES	X		X		
DOUTOR LEVI PONTES	X		X		
EDILAZIO JUNIOR	X		X		
EDSON ARAUJO	X		X		
EDUARDO BRAIDE	X		X		
EDIVALDO HOLANDA	X		X		
FABIO BRAGA	X		X		
FABIO MACEDO	X		X		
FERANDO FURTADO	X		X		
FRANCISCA PRIMO	X		X		
GLALBERT CUTRIM	X		X		
GRAÇA PAZ		X			
HEMÉTERIO WEBER		X			
HUMBERTO COUTINHO	X		X		
JOSIMAR DE MARANHÃOZINHO	X		X		
JUNIOR VERDE	X		X		
LÉO CUNHA		X			
MAX BARROS	X		X		
NINA MELO		X			
OTHELINONETO	X		X		
PAULO NETO	X		X		
PROFESSOR MARCO AURELIO	X		X		
RAFAEL LEITOA	X		X		
RAIMUNDO CUTRIM	X		X		
RICARDORIOS	X		X		
RIGO TELES	X		X		
ROBERTO COSTA	X		X		
ROGERIO CAFETEIRA	X		X		
SERGIO FROTA		X			
SOUSA NETO	X		X		
STENIO REZENDE	X		X		
VALERIA MACEDO	X		X		
VINICIUS LOURO	X		X		
WELLINGTON DO CURSO	X		X		
ZE INACIO	X		X		

A PROPOSIÇÃO FOI APROVADA E ENCAMINHANDO A SANÇÃO COM 36 VOTOS SIM E 06 AUSÊNCIAS



VOTO DO RELATOR:

Cuida-se da análise de constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Projeto de Lei Ordinária nº 123/2015, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre o reajuste da remuneração dos servidores efetivos e estáveis do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

Nos termos do presente projeto de lei fica reajustado o vencimento-base dos Cargos efetivos e estáveis do Quadro de Pessoal Permanente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na forma dos Anexos ao Projeto de Lei sob exame.

Com efeito, é da competência exclusiva da Assembleia Legislativa dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus servidores e **fixação da respectiva remuneração**, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (art. 31, III, da CE/89).

Ademais, compete privativamente, à Mesa Diretora, **prover os cargos, empregos e funções dos servidores administrativos da Assembleia**, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores, ou colocá-los em disponibilidade (art. 12, XVI, do Regimento Interno).

No caso em tela, não há qualquer vício a macular o projeto, estando ele em consonância com as disposições constitucionais e regimentais desta augusta Casa. Assim sendo, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 123/2015.

É o voto.



EDITADO PELA DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.
Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Sítio Rangedor - Calhau
Fone (98) 32693701 CEP: 65071-750 - São Luís - MA
Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: diario@al.ma.gov.br

HUMBERTO COUTINHO
Presidente

BRÁULIO MARTINS
Diretoria Geral da Mesa

CARLOS ALBERTO FERREIRA
Diretoria de Comunicação

RAIMUNDO JOÃO RIBEIRO
Núcleo de Suporte de Plenário

CRISTIANO CACIQUE DE NEW YORK
Núcleo de Diário Legislativo

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Ao elaborar o seu texto para publicação no Diário da Assembleia, observe atentamente as instruções abaixo:

- a) Edição dos textos enviados à Secretária Geral da Mesa via rede interna, SAPL;
- b) Matéria externa deverá ser enviada por e-mail, CD ou Pen Drive;
- c) Medida da página em formato A4;
- d) Editor de texto padrão: Word for Windows - versão 6.0 ou superior;
- e) Tipo de fonte: Times New Roman;
- f) Tamanho da letra: 12;
- g) Entrelinhas automático;
- h) Excluir linhas em branco;
- i) Tabela/Quadros sem linhas de grade ou molduras;
- j) Gravar no CD ou Pen Drive, sem compactar, sem vírus de computador;
- l) O CD ou Pen Drive só deverá ser gerado após o ato estar devidamente assinado;
- m) Utilize tantos Cds quanto seu texto exigir;
- n) As matérias que não atenderem as exigências acima serão devolvidas e não publicadas.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.